

33

ECO
107

Eco - 107



***O Sector Açucareiro em Moçambique: Impacto da
Política de Sobretaxa, Tarifa e IVA sobre o Bem-Estar
Económico (1992-2006)***

Licenciatura em Economia

Carla Alexandra Oreste do Rosário Fernandes

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Economia

Agosto de 2006

U. E. M. - ECONOMIA
R. E. 29734
DATA 27/08/06
AQUIÇÃO oferta
COTA

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

O declarante

Carla Alexandra Oreste do Rosário Fernandes

(Carla Alexandra Oreste do Rosário Fernandes)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com 16 valores no dia 17 de AGOSTO de 2006 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.

O Presidente do Júri

[Assinatura]

O Arguente

[Assinatura]

O Supervisor

[Assinatura]

O Co-Supervisor

[Assinatura]

DEDICATÓRIA

*À minha mãe Maria Lúcia Zacarias por nunca ter medido esforços na satisfação das
minhas necessidades ao longo do meu percurso académico.*

AGRADECIMENTOS

Queria endereçar especiais agradecimentos ao Doutor José Sulemane, meu supervisor principal, pelo seu apoio incondicional na supervisão do meu trabalho e por ter me indicado a pessoas certas com que eu pudesse trabalhar na pesquisa e ao Doutor Xavier Cirera, meu supervisor de campo, por me ter acompanhado incansavelmente em todas as fases do trabalho e pelo dinamismo e exigência na revisão de todos os capítulos do trabalho.

A concretização deste trabalho também contou com o apoio da Sr^a Liria Sambo Nhaquila, Engenheira Agrónoma, no GPSCA, pela sua disponibilidade no esclarecimento de qualquer dúvida e fornecimento de informação importante para a prossecução do trabalho; do Sr. Zaqueu Sande, Economista, do GPSA, pelo incentivo e dedicação no esclarecimento de dúvidas sobre o sector açucareiro moçambicano; do dr. Filipe Raposo, Director de Marketing da DNA, pela sua dedicação no esclarecimento do papel da DNA no sector açucareiro moçambicano e internacional e do Sr. António Paulo, técnico do SIMA, por ter fornecido toda a base de dados de preços de açúcar de Moçambique.

Gostaria de endereçar um especial agradecimento a toda a minha família, em especial a minha mãe Maria Lúcia Zacarias, ao meu pai Rosário Fernandes, as minhas irmãs Sheylla Fernandes e Marlene Pereira e a minha falecida avó Maria da Conceição Zacarias por todo o apoio que me deram. Gostaria também de agradecer ao Álvaro Loveira, meu namorado pela paciência, dedicação e apoio durante todo o período de trabalho de pesquisa.

Gostaria finalmente de agradecer a todos aqueles que directa ou indirectamente deram o seu contributo para que o presente trabalho fosse concretizado.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO.....	II
APROVAÇÃO DO JÚRI.....	II
DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
ÍNDICE.....	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS	VII
ÍNDICE DE TABELAS	VII
ÍNDICE DE CAIXAS	VIII
ÍNDICE DE ANEXOS.....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
RESUMO.....	X
CAPÍTULO I.....	1
CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
1.1. INTRODUÇÃO	1
1.2. OBJECTIVOS.....	3
1.2.1. Objectivo Geral.....	3
1.2.2. Objectivos Específicos.....	3
1.3. MOTIVO DA PESQUISA.....	3
1.4. HIPÓTESES.....	3
1.5. METODOLOGIA	4
1.5.1. Fontes de Informação	4
CAPÍTULO II.....	5
O SECTOR AÇUCAREIRO EM MOÇAMBIQUE	5
2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	5
2.2. O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO SECTOR AÇUCAREIRO	7
2.2.1 A Privatização das Açucareiras	9
2.2.2. A Reforma da Política de Preços do Açúcar.....	10
CAPÍTULO III.....	15
CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL DO SECTOR AÇUCAREIRO	15
3.1. EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS PROTECCIONISTAS IMPLEMENTADAS A NÍVEL INTERNACIONAL (CASO DOS EUA, UE, BRASIL)	15
3.1.1. Os Estados Unidos da América (EUA).....	16
3.1.2. O Brasil.....	16
3.1.3. A União Europeia (UE)	17
3.2. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO, CONSUMO E PREÇOS DE AÇÚCAR A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL.....	19
3.2.1. Evolução da Produção Mundial de Açúcar.....	19
3.2.2. Evolução do Consumo Mundial de Açúcar	19
3.2.3. Evolução do Preço Mundial de Açúcar	19
3.3. POSIÇÃO DO SECTOR AÇUCAREIRO MOÇAMBICANO A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL.....	20
3.3.1. Acordos Comerciais estabelecidos por Moçambique a nível da África e internacional	21
3.3.2. Performance da Indústria açucareira moçambicana a nível da África e internacional	22

CAPITULO IV.....	24
CONCEITOS TEÓRICOS LIGADOS A REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR	
AÇUCAREIRO	24
4.1. TARIFA À IMPORTAÇÃO DO AÇÚCAR.....	24
4.1.1. Conceitualização.....	25
4.1.2. Custos e Benefícios de uma Tarifa à Importação	25
4.2. QUOTAS À IMPORTAÇÃO E RESTRIÇÕES A EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR.....	28
4.2.1. Conceitualização.....	28
4.2.2. Custos e Benefícios de uma quota à importação	28
4.3. SUBSÍDIO À EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR.....	29
4.3.1. Conceitualização.....	30
4.3.2. Custos e Benefícios de um Subsídio à Exportação.....	30
4.4. IMPLICAÇÕES DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS COMERCIAIS	
PROTECCIONISTAS SOBRE OS TERMOS DE TROCA.....	31
CAPÍTULO V	33
ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO AO SECTOR	
AÇUCAREIRO MOÇAMBICANO	33
5.1. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR E AÇÚCAR.....	33
5.2. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE AÇÚCAR.....	34
5.2.1. Evolução dos Preços ao Produtor	35
5.2.2. Evolução dos Preços ao Retalhista e Armazenista	35
5.2.3. Evolução dos Preços ao Consumidor.....	36
5.3. EVOLUÇÃO DAS VENDAS DOMÉSTICAS DE AÇÚCAR	37
5.4. EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE AÇÚCAR	38
5.5. EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR.....	39
5.6. EVOLUÇÃO DA SOBRETAXA SOBRE IMPORTAÇÕES DO AÇÚCAR.....	39
5.7. SÍNTESE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO AO	
SECTOR AÇUCAREIRO	40
CAPITULO VI.....	42
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DO NORTE, CENTRO, SUL DE	
MOÇAMBIQUE	42
CAPITULO VII	44
IMPACTO DA COBRANÇA DA TARIFA, SOBRETAXA E IVA À IMPORTAÇÃO DO	
AÇÚCAR, SOBRE O BEM-ESTAR ECONÓMICO	44
7.1. METODOLOGIA	44
7.2. ESTIMAÇÃO DA FUNÇÃO DE OFERTA DE AÇÚCAR	46
7.3. ESTIMAÇÃO DA FUNÇÃO DE PROCURA DE AÇÚCAR	49
7.4. IMPACTO DA COBRANÇA DA SOBRETAXA, TARIFA E IVA SOBRE O BEM-	
ESTAR SOCIAL.....	53
7.4.1. <u>Cenário 1</u> : Impacto da Cobrança da Sobretaxa.....	53
7.4.2. <u>Cenário 2</u> : Impacto da Cobrança da Tarifa e Sobretaxa	56
7.4.3. <u>Cenário 3</u> : Impacto da cobrança do IVA	58
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
ANEXOS.....	67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº1: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AÇÚCAR, 1972-2005 (TONS).....	6
GRÁFICO Nº2: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NOS EUA, UE, BRASIL E ÁFRICA, (1994 A 2004).....	17
GRÁFICO Nº3: EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NOS EUA, UE, BRASIL E ÁFRICA, (1994 A 2004).....	17
GRÁFICO Nº4: EVOLUÇÃO DO PREÇO MUNDIAL DE AÇÚCAR E RESPECTIVA TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO EXPONENCIAL NO PERÍODO DE 1960 A 2005.	20
GRÁFICO Nº5: CUSTOS DE PRODUÇÃO FOB, 2001/2002 – 2003/2004.	22
GRÁFICO Nº6: CUSTOS E BENEFÍCIOS DE UMA TARIFA À IMPORTAÇÃO DE AÇÚCAR (CASO DE UM PAÍS PEQUENO).....	26
GRÁFICO Nº7: CUSTOS E BENEFÍCIOS DE UMA QUOTA À IMPORTAÇÃO DE AÇÚCAR (CASO DE UM PAÍS PEQUENO).....	29
GRÁFICO Nº8: CUSTOS E BENEFÍCIOS DE UM SUBSÍDIO À EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR (CASO DE UM PAÍS PEQUENO).....	31
GRÁFICO Nº9: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR POR FÁBRICA, 1998 A 2005.....	34
GRÁFICO Nº10: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO PRODUTOR, 1998 A 2004 (US\$/TONS).....	35
GRÁFICO Nº11: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO RETALHISTA E ARMAZENISTA, (2002 A 2006).....	36
GRÁFICO Nº12: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO AÇÚCAR AO CONSUMIDOR, 1991 A 2006 (MTS/KG).....	37
GRÁFICO Nº13: EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE ACORDO COM A PRODUÇÃO (1998/99-2004/05).....	37
GRÁFICO Nº14: CONSUMO DOMÉSTICO DE AÇÚCAR, 1996/97-2004/05.....	38
GRÁFICO Nº15: EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, 1993-2005 (X1000 T).	39
GRÁFICO Nº16: NÍVEIS DE SOBRETAXA, 1999-2004 (US\$/TONS) - AÇÚCAR CASTANHO.....	40
GRÁFICO Nº17: FUNÇÃO DE OFERTA DE AÇÚCAR, PERÍODO DE 1999 A 2006.....	48
GRÁFICO Nº18: FUNÇÃO DE PROCURA DE AÇÚCAR, PERÍODO DE 1999 A 2006.....	51
GRÁFICO Nº19: OFERTA E PROCURA DE AÇÚCAR: CENÁRIO1 COM REMOÇÃO DA SOBRETAXA.....	54
GRÁFICO Nº20: OFERTA E PROCURA DE AÇÚCAR: CENÁRIO2 COM REMOÇÃO DA TARIFA E SOBRETAXA.....	57
GRÁFICO Nº21: OFERTA E PROCURA DE AÇÚCAR: CENÁRIO3 COM REMOÇÃO DO IVA.....	59

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA Nº1: NÚMERO DE TRABALHADORES, 1999.....	7
TABELA Nº2: CUSTOS DE REABILITAÇÃO DAS AÇUCAREIRAS (1000 US\$).....	8
TABELA Nº3: ESTRUTURA DE PROPRIEDADE DAS EMPRESAS AÇUCAREIRAS DE MOÇAMBIQUE APÓS A PRIVATIZAÇÃO.....	9
TABELA Nº4: POLÍTICAS PROTECCIONISTAS IMPLEMENTADAS NO SECTOR AÇUCAREIRO, 1999-2004.....	14
TABELA Nº5: POLÍTICAS PROTECCIONISTAS IMPLEMENTADAS PELO EUA, BRASIL E UE.....	18
TABELA Nº6: ACORDOS COMERCIAIS ENTRE MOÇAMBIQUE E PAÍSES DA AFRICA SUBSAARIANA, EUA E UE.....	21
TABELA Nº7: QUADRO RESUMO DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS COMERCIAIS.....	32
TABELA Nº8: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DO SECTOR AÇUCAREIRO (1998-2005).....	33
TABELA Nº9: PREÇOS MÉDIOS DE AÇÚCAR, NORTE, CENTRO, SUL DE MOÇAMBIQUE, 1991- 2006.....	42
TABELA Nº10: CORRELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS NOMINAIS DE AÇÚCAR NAS ZONAS NORTE, CENTRO E SUL DE MOÇAMBIQUE (1995-2006).....	43
TABELA Nº11: QUANTIDADES PRODUZIDAS E PREÇOS NOMINAIS DE AÇÚCAR, 1991 A 2006.....	46
TABELA Nº12: SUMÁRIO ESTATÍSTICO DAS QUANTIDADES PRODUZIDAS E PREÇOS, 1991 A 2006.....	46

TABELA Nº13: REGRESSÃO DA FUNÇÃO DE OFERTA DE AÇÚCAR (VALORES PERCENTUAIS)	47
TABELA Nº14: FUNÇÃO DE OFERTA DE AÇÚCAR, PERÍODO DE 1999 A 2006 (MTS/TONS).....	49
TABELA Nº15: QUANTIDADES PROCURADAS E PREÇOS REAIS DE AÇÚCAR, 1997 A 2005.	50
TABELA Nº16: SUMÁRIO ESTATÍSTICO DAS QUANTIDADES PROCURADAS E PREÇOS, 1997 A 2005.	50
TABELA Nº17: REGRESSÃO DA FUNÇÃO DE PROCURA DE AÇÚCAR (VALORES PERCENTUAIS).....	50
TABELA Nº18: FUNÇÃO DE PROCURA DE AÇÚCAR, PERÍODO DE 1999 A 2006 (MTS/TONS).	52
TABELA Nº19: PREÇO E QUANTIDADES OFERECIDAS E PROCURADAS SEM A COBRANÇA DA SOBRETAXA	53
TABELA Nº20: EFEITO LÍQUIDO DA COBRANÇA DA SOBRETAXA SOBRE O BEM-ESTAR (MIL MILHÕES DE MTS/TONS).....	54
TABELA Nº21: EFEITO LÍQUIDO DA COBRANÇA DA SOBRETAXA COMO % DO PIB (1999-2005).....	55
TABELA Nº22: PREÇO E QUANTIDADES OFERECIDAS E PROCURADAS SEM A COBRANÇA DA TARIFA E SOBRETAXA	56
TABELA Nº23: EFEITO LÍQUIDO DA COBRANÇA DA TARIFA E SOBRETAXA SOBRE O BEM-ESTAR (MIL MILHÕES DE MTS/TONS).....	57
TABELA Nº24: EFEITO LÍQUIDO DA COBRANÇA DA TARIFA E SOBRETAXA COMO % DO PIB (1999-2005)	58
TABELA Nº25: PREÇOS E QUANTIDADES APÓS A REMOÇÃO DO IVA, 1999-2001.....	59
TABELA Nº26: EFEITO LÍQUIDO DA COBRANÇA DO IVA SOBRE O BEM-ESTAR, 1999 A 2001 (MIL MILHÕES DE MTS/TONS).....	60
TABELA Nº27: EFEITO LÍQUIDO DA COBRANÇA DO IVA COMO % DO PIB (1999-2005).....	60

ÍNDICE DE CAIXAS

CAIXA Nº1: FACTORES QUE JUSTIFICAM O COMÉRCIO INTERNACIONAL: VANTAGENS ABSOLUTAS E RELATIVAS.....	25
CAIXA Nº2: PROTECCIONISMO: DEFINIÇÃO, TIPOS E MOTIVOS.	30

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO Nº1: POLÍTICAS PROTECCIONISTAS IMPLEMENTADAS PELOS PAÍSES PRODUTORES DE AÇÚCAR	67
ANEXO Nº2: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR 1988 A 2000 E PROJECCÃO ATÉ 2010.	68
ANEXO Nº3: CONSUMO DE AÇÚCAR NO PERÍODO DE 1988 A 2000 E PROJECCÃO ATÉ 2010	68
ANEXO Nº4: INDICADORES DE PERFORMANCE DO CAMPO, MÉDIA DE 2001/02 A 2003/2004	69
ANEXO Nº5: INDICADORES DE PERFORMANCE DA FÁBRICA, MÉDIA DE 2001/02 A 2003/04	69
ANEXO Nº6: PRODUÇÃO, CONSUMO E IMPORT. & EXPOT. DE AÇÚCAR, 1998-2000 (MÉDIA ANUAL)	69
ANEXO Nº7: TOTAL DAS EXPORTAÇÕES, 1961-2004 (QUANTIDADE EM TONELADAS MÉTRICAS-MT)	70

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP-----	África, Caribe e Pacífico
AGOA-----	Lei de Crescimento para a África (<i>African Growth and Opportunity Act</i>)
BM-----	Banco de Moçambique
BR-----	Boletim da República
CIF-----	Custo Seguro e Frete (<i>Cost Insurance and Freight</i>)
COMESA-----	Mercado Comum da África Oriental e Austral (<i>Common Market for Eastern and Southern Africa</i>)
CSTA-----	Conselho Superior Técnico Aduaneiro
DNA-----	Distribuidora Nacional de Açúcar
EAC-----	Comunidade da África do Este (<i>East African Community</i>)
EBA-----	Tudo Menos Armas (<i>Everything But Arms</i>)
EC-----	Excedente do Consumidor
EP-----	Excedente do produtor
EUA-----	Estados Unidos da América
FAO-----	Organização para a Agricultura e Alimentação (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
FOB-----	Livre a Bordo (<i>Free on Board</i>)
FSU-----	Unidade de Segurança Alimentar (<i>Food Security Unit</i>)
GoM -----	Governo de Moçambique
GPSCA-----	Gabinete de Promoção do Sector Comercial Agrário
INA-----	Instituto Nacional de Açúcar
IPC-----	Índice de Preços ao Consumidor
IVA-----	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MIC-----	Ministério da Indústria e Comércio
Mts-----	Meticaís
NAFTA-----	Acordo de Livre Comércio da América do Norte (<i>North American Free Trade Agreement</i>)
OCM-----	Organização Comum de Mercado
PES-----	Plano Económico e Social
PIB-----	Produto Interno Bruto
RE-----	Receitas do Estado
SACU-----	União Aduaneira da África Austral (<i>Southern African Customs Union</i>)
SADC-----	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (<i>Southern African Development Community</i>)
SIMA-----	Sistema de Informação de Mercados Agrícolas
Tons-----	Toneladas
UE-----	União Europeia
UNCTAD-----	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>)
USAID-----	Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (<i>United States Agency for International Development</i>)

RESUMO

O Governo de Moçambique, devido a baixa produção verificada no sector açucareiro no período de 1984/92 impulsionada pela saída da força de trabalho especializada, o conflito armado e a política de preços e de câmbio, promoveu a reabilitação do sector açucareiro por via de investimento privado.

Muitos países a nível do mundo como o Brasil, os Estados Unidos da América, a União Europeia e países da África enfrentaram os mesmos problemas de mudança de regimes políticos, guerras e políticas de preços que impulsionaram a queda da produção tanto da cana-de-açúcar como açúcar. Como forma de minimizar este problema optaram pelas políticas proteccionistas de cobrança de tarifas, sobretaxas à importação e diversos subsídios e isenções fiscais.

Moçambique tal como outros países a nível mundial também implementou medidas para a reabilitação do sector açucareiro. A reabilitação foi levada a cabo em duas fases: (i) a privatização das fábricas de açúcar existentes; (ii) a reforma da política de preços através da cobrança de uma sobretaxa à importação de açúcar acrescida a cobrança da tarifa à importação de açúcar, já em vigor, bem como a cobrança do IVA sobre a importação do açúcar e transmissões do açúcar.

A política de preços contribuiu para o aumento dos preços nominais de açúcar o que conduziu ao aumento da produção e consequentemente ao aumento das vendas e consumo de açúcar doméstico. A análise do impacto das políticas de preços nomeadamente, cobrança da sobretaxa, tarifa e iva sobre o bem-estar mostra um efeito líquido negativo, o que indica que as perdas resultantes da cobrança das taxas é superior aos ganhos auferidos. Contudo, a reforma ao sector açucareiro moçambicano contribuiu para o aumento do emprego nos canaviais e açucareiras reabilitadas no âmbito da reforma.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o Sector Açucareiro em Moçambique no que diz respeito ao Impacto das Políticas de Sobretaxa, Tarifa e IVA sobre o Bem-Estar Económico no período de 1992 a 2006.

Moçambique é um país que nos anos de 1970 a 1975 apresentou níveis bastante elevados de produção de cana-de-açúcar e açúcar devido as condições climáticas e de solo favoráveis a produção, associado a existência de mão-de-obra barata e boa gestão das açucareiras. Portanto, o sector açucareiro moçambicano contribuía para a melhoria da balança de pagamentos por via do aumento de exportações de açúcar.

O sector açucareiro foi afectado pela guerra o que provocou a destruição das açucareiras no período de 1984 a 1992. Devido a este factor, algumas indústrias açucareiras permaneceram encerradas durante muito tempo e outras operaram com uma produção abaixo das suas capacidades.

Dada a dimensão e potencial das indústrias açucareiras, o Governo de Moçambique (GoM) acordou que este sector merecia uma reestruturação que seria baseada na privatização e reforma da política de preços com o objectivo de proteger a industria açucareira da concorrência externa que gozava de protecção. Pretendia-se que a indústria açucareira alcançasse os níveis de produção que haviam sido atingidas na década de 70.

O que permitiu atrair e consolidar o investimento da indústria açucareira foram (i) as oportunidades de investimento no que diz respeito a base produtiva existente, ao fim da guerra, ao programa de privatização e a lei de investimentos no respeitante aos incentivos fiscais; (ii) os factores específicos da indústria açucareira no que diz respeito ao potencial para a alta competitividade; a política de preços que apoiava e estabilizava o mercado doméstico; as estratégias corporativas dos investidores (expansão regional das corporações sul-africanas, migração de investidores/produtores de cana mauricianos

e investidores com recursos e conhecimento sobre a produção e comercialização de açúcar).

Moçambique possui, actualmente, seis açucareiras com plantação de cana-de-açúcar, nomeadamente, Açucareira da Maragra e Xinavane (no sul do país); a companhia do Buzi e Mafambisse (em Sofala), Açucareira de Marromeu e a Açucareira do Luabo (Sofala e Zambezia, respectivamente). Destas seis, quatro produzem açúcar, nomeadamente, Marromeu, Mafambisse, Xinavane e Maragra.

O sector açucareiro é influenciado por alguns factores importantes que contribuem negativamente nomeadamente, o contrabando de açúcar causado pelas importações ilegais de açúcar, os altos custos de infra-estruturas e necessidade de investimento privado por parte das açucareiras para poderem operar, e por outros factores que contribuem de forma positiva para o desempenho do sector como a criação da DNA que trouxe melhorias na distribuição, redução das importações informais e a exploração de novas oportunidades de mercados.

O presente trabalho compreende sete capítulos. O primeiro capítulo faz menção aos aspectos gerais relacionados com os objectivos do trabalho, o motivo e a metodologia de análise. O segundo capítulo faz uma análise em forma de historial do sector açucareiro moçambicano no que diz respeito aos antecedentes históricos que levaram ao programa de reabilitação bem como em que consistiu a reabilitação. O terceiro capítulo apresenta um breve historial do sector açucareiro a nível internacional e regional. Neste capítulo apresentam-se as experiências a nível internacional das políticas proteccionistas que vêm sido implementadas, bem como a posição que o sector açucareiro moçambicano ocupa a nível internacional. O quarto capítulo apresenta os conceitos teóricos ligados a reestruturação do sector açucareiro. O quinto capítulo faz uma análise do impacto das políticas de reestruturação ao sector açucareiro moçambicano. Este impacto é estudado em termos de uma análise simples da tendência de evolução da produção de açúcar, vendas, preços, consumo, exportações, importações e níveis de sobretaxa. O sexto capítulo faz a análise da correlação existente entre os preços das zonas norte, centro e sul de Moçambique. O sétimo capítulo faz o estudo do impacto da remoção da sobretaxa, tarifa e sobretaxa e IVA no período de 1991 a 2006, sobre o bem-estar económico. Finalmente são apresentadas as conclusões do trabalho.

1.2. OBJECTIVOS

1.2.1. Objectivo Geral

Analisar o impacto da política de sobretaxa, tarifa e IVA à importação do açúcar sobre o bem-estar económico no período de 1992 a 2006.

1.2.2. Objectivos Específicos

- Fazer um levantamento das políticas comerciais proteccionistas que o GoM implementou no âmbito da reestruturação do sector açucareiro;
- Fazer uma relação com as políticas que vêm sido implementadas a nível internacional e situar o sector açucareiro moçambicano no contexto internacional;
- Testar a correlação existente entre os preços a norte, centro e sul do país como forma de analisar se as políticas de preços implementadas afectam da mesma forma os preços das diferentes zonas de Moçambique;
- Fazer um estudo do impacto sobre o bem-estar económico da cobrança da tarifa à importação do açúcar, sobretaxa e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

1.3. MOTIVO DA PESQUISA

O Governo de Moçambique implementou medidas no âmbito da reforma ao sector açucareiro que incluíam políticas proteccionistas como a cobrança da sobretaxa, para além da tarifa que já era cobrada e isenção da cobrança do IVA.

Devido a estes factores, o açúcar torna-se o exemplo mais notável da implementação de políticas proteccionistas em Moçambique, o que resulta na preocupação de se analisar quais seriam os custos do proteccionismo no sector açucareiro moçambicano, isto é, se os custos decorrentes da implementação da política de reestruturação ao sector açucareiro superam ou não os benefícios auferidos.

1.4. HIPÓTESES

Para o presente trabalho, foram consideradas as seguintes hipóteses:

- (1) Os preços de açúcar no norte, centro e sul de Moçambique encontram-se bastante correlacionados;
- (2) Os custos resultantes da implementação da política proteccionista de cobrança de tarifa, sobretaxa e IVA não superam os seus ganhos conforme prevê a teoria económica no que diz respeito a cobrança de uma taxa.

1.5. METODOLOGIA

A metodologia usada consistiu, em primeiro lugar, numa revisão de literatura, nacional como internacional nas diversas instituições ligadas ao sector açucareiro. Portanto, tratou-se nesta primeira fase de uma pesquisa Bibliográfica baseada em livros e artigos científicos com o objectivo de elaborar os capítulos relacionados com o sector açucareiro moçambicano, o contexto internacional e regional do sector açucareiro e o capítulo dos conceitos teóricos ligados a reestruturação do sector açucareiro.

Numa segunda fase do trabalho, se fez o levantamento dos dados dos principais indicadores do desempenho do sector açucareiro moçambicano. Com base nestes indicadores se elaborou o capítulo da análise descritiva da tendência de evolução destes indicadores usando o método descritivo como uma primeira forma de se analisar o impacto das políticas de preços adoptadas.

Numa terceira fase do trabalho se fez a análise de correlação entre os preços a norte, centro e sul de Moçambique bem como o estudo de caso da cobrança das taxas (tarifa, sobretaxa e IVA) sobre o bem-estar económico da sociedade moçambicana. Para tal, foram determinadas as funções de oferta e procura de açúcar com o objectivo de se encontrar a elasticidade-preço da oferta e procura de açúcar. E, finalmente foram tiradas as conclusões das análises e estudos feitos.

1.5.1. Fontes de Informação

A pesquisa bibliográfica foi feita em diversas instituições do país, nomeadamente, o Gabinete de Promoção do Sector Comercial Agrário – GPSCA (antigo Instituto Nacional de Açúcar – INA), a Distribuidora Nacional de Açúcar – DNA, o Ministério da Indústria e Comércio – MIC, o Sistema de Informação de Mercados Agrícolas–SIMA, e diversas bibliotecas, como a do Ministério da Planificação e Desenvolvimento –MPD, biblioteca da Faculdade de Economia da UEM, biblioteca do Banco Mundial e diversos artigos e sites consultados na Internet. Foi também usada a base de dados do FAOSTAT database Query, 2006, que é um site onde pode ser colhida informação referente aos níveis de produção, importação e exportação de vários produtos agrícolas a nível mundial. Para a determinação das funções de oferta e procura de açúcar, foi usado o pacote estatístico STATA 9.0.

CAPITULO II.

O SECTOR AÇUCAREIRO EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país com vantagens na produção de cana-de-açúcar resultantes do clima benéfico para a produção de cana-de-açúcar, rios que podem contribuir para as necessidades de irrigação e uma larga escala de mão-de-obra (LMC Internacional, 1997; FSU, 1999; UNCTAD, 2005).

Para uma análise geral do sector açucareiro moçambicano, primeiramente, importa fazer um levantamento dos antecedentes históricos ligados ao sector açucareiro. O objectivo da análise dos antecedentes históricos é saber os factores que levaram a que o GoM considerasse o açúcar uma cultura de rendimento prioritária, bem como, os factores que justificam as políticas que têm sido tomadas actualmente sobre o sector.

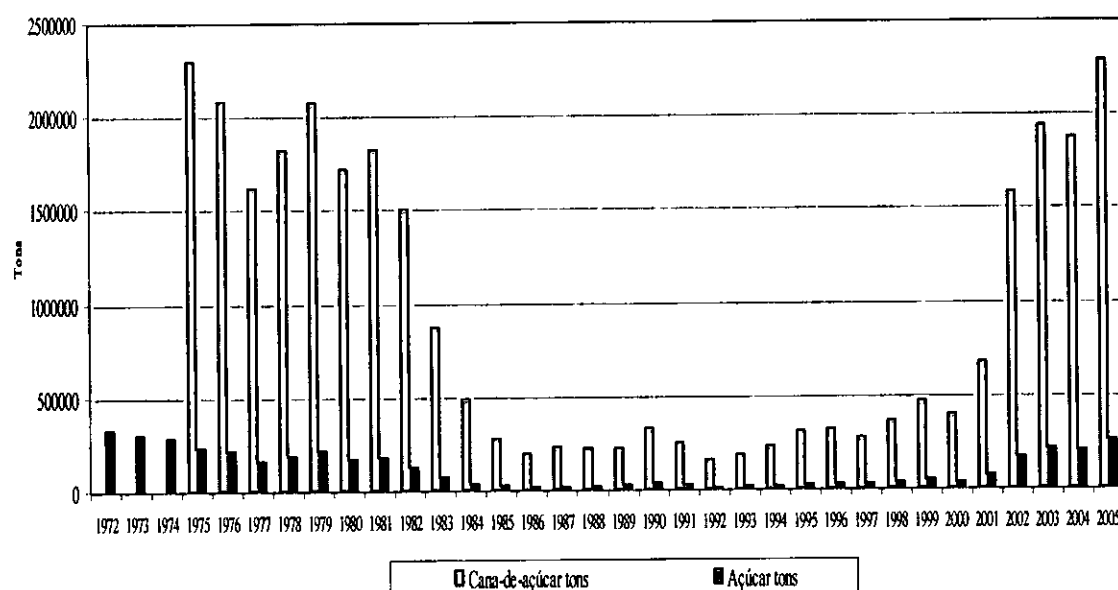
2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A cana-de-açúcar foi introduzida em Moçambique com fins comerciais nos finais do século XIX quando se deparou que as condições do solo, clima e água eram propícias para o seu cultivo, nos vales do rio Zambeze e Buzi.

A primeira fábrica de processamento de açúcar foi construída em 1908 pela Companhia do Buzi. Seis anos depois começou a operar uma nova fábrica próxima do rio Incomate que veio a ser substituída por outra, em 1923, de maior dimensão. Em meados do século 20, mais duas fábricas foram abertas (Marromeu e Luabo) pertencentes a Sena Sugar States. Nas décadas seguintes, a indústria de açúcar se desenvolveu, numa primeira fase, impulsionada pelo investimento britânico e seguidamente, pelo investimento português, ambas por via do aumento das áreas de cana, modernização e expansão das fábricas. Finalmente, em 1969, foi construída a fábrica Maragra e em 1970, a Mafambisse (INA, 2000; LMC Internacional, 2000; FSU, 1999).

Desde então, a produção começou a crescer até atingir o nível (mais elevado) de 326.152 toneladas em 1972/73, na qual se destinou a exportação (ver gráf. nº1). Nessa altura o açúcar tornou-se o terceiro produto mais exportado no país e o principal empregador na economia.

Gráfico N°1: Evolução da Produção da Cana-de-açúcar e Açúcar, 1972-2005 (Tons).



Fonte: LMC Internacional, 2000; INA: PES 2001, 2002, 2003, 2004, 2005.

Pouco antes da independência, em 1975, a produção começou a decrescer (ver gráf. n°1). O factor mais marcante que contribuiu para a queda da produção foi a saída da maior parte da força de trabalho especializada e do pessoal de gestão. Nos anos 80, outros factores contribuíram para a prossecução da queda da produção, nomeadamente, (i) o conflito armado em Moçambique, que resultou em danos nos equipamentos e infra-estruturas açucareiras; (ii) a política de preços e cambial, pois se estabeleciam preços administrativos abaixo dos custos de produção (que beneficiava os consumidores).

Devido as consequências da guerra que assolou o país durante este período, em 1985, as fábricas Marromeu, Luabo e Maragra tiveram que parar a produção. A partir de 1987 começou a se verificar uma queda de eficiência na produção (tanto no campo como na fábrica), que culminou com o encerramento da fábrica do Buzi, em 1991. Apenas duas fábricas, nomeadamente, Mafambisse e Xinavane não pararam de cultivar cana e produzir açúcar, contudo, abaixo das suas potencialidades. A produção caiu e chegou a atingir, em 1986, 16.289 tons.

Dada a situação em que se encontrava o sector açucareiro moçambicano, o Banco Mundial e algumas agências de ajuda, canalizaram moeda externa e peças sobressalentes para a indústria açucareira. Desde então, a indústria açucareira registou uma melhoria da produção com um crescimento para 31.700 tons, em 1990. Contudo,

verificou-se nova queda da produção (para 13.224 tons) causada pelo encerramento da fábrica de Buzi e pela seca de 1991/92. O declínio da produção foi acompanhado pela redução das exportações do açúcar e aumento de importações de açúcar (tornando-se um importador líquido de açúcar), bem como uma redução do número de trabalhadores, de 45.000 trabalhadores registados em 1970, para 17.000 trabalhadores, em 1999 (ver tabela nº1).

Tabela nº1: Número de Trabalhadores, 1999.

Empresas açucareiras	Número de trabalhadores	Permanentes	Sazonais
Maragra	4.286	1.923	2.363
Xinavane	3.337	1.743	1.594
Mafambisse	8.045	1.435	6.610
Búzi	328	294	34
Marromeu	1.221	322	899
Luabo	160	142	18
TOTAL	17.377	5.859	11.518

Fonte: INA, 2002.

Devido a potencialidade que o sector açucareiro registou no passado em termos de níveis de produção e exportação, e pelo facto de ter sido o terceiro sector que mais empregava no país, o Ministério da Agricultura definiu o açúcar (e outros produtos agrícolas) como cultura de rendimento prioritária. Para tal seria necessária uma reabilitação do sector (INA, 2002).

O GoM, uma vez considerada necessária a reabilitação do sector açucareiro, traçou um conjunto de medidas para a sua implementação. O sub-capítulo seguinte, abordará o conjunto de medidas delineadas e adoptadas pelo GoM no âmbito da reabilitação do sector açucareiro.

2.2. O PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DO SECTOR AÇUCAREIRO

A Reabilitação do sector açucareiro moçambicano foi uma medida adoptada pelo GoM no final da guerra, como forma de arrecadar capital estrangeiro numa escala substancial, com o objectivo de promover uma reabilitação da indústria açucareira. Uma vez que o estado moçambicano estava a entrar num processo de economia de mercado e privatização das empresas estatais, as companhias de açúcar também entraram nesse processo de privatização (Castelo-Branco, 2002).

Outros factores que igualmente levaram a reabilitação da indústria açucareira foram (INA, 2002):

- (i) A vantagem comparativa de Moçambique em termos de custos de produção, pois previa-se que Moçambique podia figurar entre os países com os menores custos de produção, juntamente com o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabué.
- (ii) A história e tradição do sector açucareiro em termos dos níveis de produção verificados embora prejudicada, posteriormente, pela guerra.
- (iii) O facto de o sector açucareiro ter um potencial para atrair o investimento privado estrangeiro pois, a reabilitação de uma fabrica já existente implicava menos custos para os investidores.
- (iv) Devido aos factores climáticos, a variabilidade da produção era baixa, pois o açúcar era menos propenso a condições climáticas adversas e por isso desempenhava um papel importante na diversificação e estabilização dos rendimentos tanto a nível micro como macro no sector nacional agrícola.

O GoM esperava que a reabilitação da indústria açucareira contribuisse para: (i) o crescimento económico (por via do aumento da produtividade após a privatização); (ii) criação de emprego (pois previa-se que as fábricas empregassem cerca de 40.000 trabalhadores tanto permanentes como sazonais); (iii) melhoramento da balança comercial (espera-se que a produção nacional viesse a substituir, numa primeira fase, as importações do açúcar, e seguidamente para a exportação); (iv) Criação do empresariado local (pois esperava-se que a reabilitação do sector estimulasse o desenvolvimento dos empresários locais privados).

Por outro lado, a reabilitação da indústria açucareira envolvia custos ligados a reabilitação das fábricas de processamento de açúcar. Os custos perfaziam um montante de US\$ 394.500.000 (ver tab. nº2), o qual o GoM não possuía.

Tabela Nº.2: Custos de Reabilitação das Açucareiras (1000 US\$)

Maragra	Xinavane	Búzi	Mafambisse	Marromeu	Luabo	Total
50.000	49.500	35.000	50.000	100.000	110.000	394.500

Fonte: INA, 2000.

Dado o elevado nível de custos para a reabilitação das fábricas de processamento de açúcar, o governo viu a necessidade de envolver os investidores privados com uma larga

experiência na área de produção de açúcar e acesso ao capital financeiro, na estratégia de reabilitação do sector. A estratégia de reabilitação envolvia:

- (1) Reestruturação e privatização das empresas açucareiras existentes;
- (2) Proporcionamento de algum grau de protecção ao mercado interno, relativamente a variabilidade dos preços prevalecentes no mercado internacional.

2.2.1 A Privatização das Açucareiras

O GoM iniciou o processo de privatização das açucareiras a partir do ano de 1992. Para tal, iniciou-se, primeiramente, o processo de clarificação da situação jurídica das fábricas (estrutura de propriedade das fábricas) onde o Governo tratava de negociar as acções das fábricas de forma a se tornar o accionista maioritário e para facilitar o processo de privatização.

Numa segunda fase, o governo iniciou o processo de venda das suas acções a privados, e portanto, a privatização propriamente dita. O método de privatização foi específico para cada empresa açucareira e dependeu de diversos factores, como a sua situação jurídica, os objectivos da privatização, o acesso do governo a empréstimos concessionais, a capacidade de gestão tecnológica dos investidores e do número e reputação de compradores interessados (ver tab. nº3).

Tabela Nº3: Estrutura de Propriedade das empresas açucareiras de Moçambique após a privatização.

Empresa	Propriedade	Acções (%)
1. Açucareira de Maragra		
• <i>Maragra Açúcar, SARL</i>	Maragra SARL ^(a)	50
	Illovo Sugar Ltd.	50
• <i>Maragra Comercial, SARL</i>	Maragra SARL ^(a)	75
	Outros	25
2. Açucareira de Xinavane, SARL	Estado de Moçambique ^(b)	51
	Tongaat-Hulett Ltd.	49
3. Açucareira de Moçambique, SARL (Mafambisse)	Tongaat-Hulett Ltd.	75
	Estado de Moçambique	25
4. Companhia do Búzi, SARL	Banco de Moçambique	67
	Estado de Moçambique	33
5. Companhia do Sena, SARL (Marromeu e Luabo)	Sena Holding Co.	75
	Estado de Moçambique	25

Fonte: (INA), 2000. ^(a) A Estrutura de Propriedade das Acções é a seguinte: (i) Família Petiz, 60%; (ii) Banco de Moçambique, 17%; (iii) Estado de Moçambique, 17%; (iv) Outros, 6%. ^(b) A Tongaat-Hulett Ltd. Tem direito de opção quanto a 11% das acções pertencentes ao Estado de Moçambique.

A privatização das açucareiras não incluía a terra, que, de acordo com a constituição moçambicana de 1990, esta pertence ao Estado. Os Indivíduos e Empresas podiam possuir o direito de utilização por períodos de 50 anos, sujeitos ao pagamento de uma taxa nominal baixa (INA, 2000).

2.2.2. A Reforma da Política de Preços¹ do Açúcar

A reabilitação da indústria açucareira moçambicana envolvia também a reforma na política de preços do açúcar pois, a privatização das empresas não era suficiente para se atrair os investidores. Outro motivo que levou a reforma na política de preços do açúcar moçambicano foi o facto de a maioria dos países a nível do mundo implementarem políticas de preço (preços compensadores e estáveis para os produtores no mercado interno) que beneficiavam o sector nacional de cada país. Por esses motivos, o governo viu a necessidade de se implementar uma política proteccionista à indústria açucareira nacional. Outros factores que justificaram a política de protecção ao sector açucareiro moçambicano foram:

- (i) A natureza residual do mercado internacional pois são aplicados preços de *dumping* abaixo dos custos de produção (INA, 2000);
- (ii) O facto de as fábricas moçambicanas de processamento de açúcar estarem na sua fase nascente causada pela reestruturação e, portanto, com pouca capacidade de explorar economias de escala associadas à utilização total da sua capacidade instalada. Nesta fase, as fábricas costumam ser prejudicadas pelas importações baratas do mercado internacional ou de países vizinhos muito eficientes.

(1) Política aduaneira praticada antes da Reforma: Tarifa à importação do açúcar (1992 – 1997)

Antes da implementação da reforma da política de preços, a anterior política de preços em vigor em Moçambique baseava-se na cobrança de um valor relativo a importação do açúcar que era composta por (LMC Internacional, 2004; INA, 2000):

- i) 7,5% - Tarifa aplicada sobre o preço CIF de importação do açúcar;
- ii) 5% - Taxa de venda.

¹ Política de Preços foi o termo usado no documento do INA, 2000 ao enumerar as fases da reestruturação do sector açucareiro Moçambicano. De acordo com o documento, previa-se uma reforma da política de preços pois esperava-se que a reforma proporcionasse algum grau de protecção interno relativamente aos preços distorcidos e voláteis prevaletentes no mercado internacional.

Dado que as vendas domésticas também pagavam 5% de taxa de venda, a taxa de protecção era de apenas 7,5%.

Esta política havia sido implementada com o objectivo de proteger a indústria açucareira nacional da concorrência externa no que diz respeito aos preços praticados pela indústria nacional que eram superiores ao preço do açúcar estrangeiro. Por outro lado, pretendia-se fazer com que os preços domésticos alcançassem a mesma linha dos preços de referência institucional, que era de 385 US\$ por tonelada para o açúcar castanho e 450 US\$ por tonelada para o açúcar branco.

(2) A Nova Política Aduaneira: Política da Sobretaxa à importação do açúcar (1997-2002)

A Reforma da política aduaneira foi feita com base na cobrança de uma sobretaxa às importações do açúcar. Neste contexto, o GoM introduziu em 1997, a política de preços correntes (Comunicação nº 010/CSTA/97), onde foi aprovada uma sobretaxa nas importações de açúcar que seria acrescida à tarifa de 7,5% e ao imposto de circulação de 5% já em vigor.

A sobretaxa baseava-se num preço de referência fixado anualmente e todas as importações com preços CIF² abaixo do preço de referência seriam sujeitas ao pagamento de uma sobretaxa, cujo valor seria igual à diferença entre o preço de referência e o preço CIF (INA, 2000). Se o preço CIF fosse mais elevado que o preço de referência, ou igual a ele, não se aplicaria nenhuma sobretaxa.

Após um estudo feito pela FAO que estabelecia o regime aduaneiro da importação de açúcar, a fórmula do cálculo da sobretaxa foi revista e publicada no Diploma Ministerial 56/2001 de 30 de Março de 2001. De acordo com a disposição do Artigo 5 do mesmo Diploma, as sobretaxas para uma determinado mês seriam expressas em termos percentuais de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{SOBRETAXA} = \frac{\text{PREÇO DE REFERÊNCIA} - \text{PREÇO CIF APLICÁVEL} * 0.93}{\text{PREÇO CIF APLICÁVEL}} \quad (1)$$

² *Cost, Insurance and Freight* (Custo, seguro e frete) – cláusula universalmente utilizada em que todas as despesas (inclusive o seguro marítimo e frete, até a chegada da mercadoria no porto de destino designado), correm por conta do vendedor. Todos os riscos, desde o momento que transpõe a amurada do navio, no porto de embarque, são de responsabilidade do comprador. O comprador recebe a mercadoria no porto de destino e arca com todas as despesas, tais como: taxas de desembarque, impostos e outras taxas cobradas no transporte marítimo.

O 0.93 é um ponderador técnico para agravar o valor da sobretaxa³.

Os preços de referência vigentes no Artigo 2, Diploma Ministerial 56/2001, são: (i) Posições 17.01.11 e 17.01.12, é de US\$ 385/tons (açúcar castanho ou amarelo); (ii) Posições 17.01.91 e 17.01.99, é de US\$ 450/Tons (açúcar branco).

A sobretaxa aplicada é uma taxa variável e não uma tarifa fixa, com o objectivo de reduzir a volatilidade dos preços no mercado interno e evitar que os produtores e consumidores sejam prejudicados pelas variações de preços do mercado mundial. Como os mercados internacionais são instáveis, uma tarifa fixa penalizaria o consumidor em períodos de alta de preços, e seria ineficaz na protecção do mercado interno em períodos de baixa de preços (INA, 2000, LMC Internacional, 2000).

Como forma de evitar políticas de sobre-facturação pelos importadores que tenham o objectivo de pagar uma taxa mais baixa, o preço CIF considerado pelas Alfândegas é mensalmente calculado pelo Instituto Nacional de Açúcar (INA) com base nos preços dos mercados Internacionais designadamente na Bolsa de Londres (Liffe) N°5 para o açúcar branco e na Bolsa de Nova Iorque (CSCE) N.º 11⁴ para o açúcar castanho.

O preço de referência é anunciado anualmente pelo Conselho Superior Técnico Aduaneiro (CSTA), depois de se consultar todos os intervenientes, e é estabelecido a um nível que garanta à indústria do açúcar, um preço à porta da fábrica que proporciona, margens de lucro aceitáveis e ao mesmo tempo que não prejudique indevidamente o consumidor final (INA, 2000).

(3) Benefícios Fiscais: Política da Isenção do IVA ao açúcar (2002-2006)

O GoM passou a cobrar, para além da tarifa e sobretaxa, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). O IVA é uma taxa que é cobrada a todas as vendas de bens e prestações de serviços, bem como nas importações (Lei nº38/98 de 8 de Janeiro, BR

³ Por exemplo, numa situação em que o Preço de Referência fosse de US\$ 385/Tons (considerando o açúcar amarelo) e o Preço CIF fosse de US\$ 210/Tons, de acordo com a fórmula, a sobretaxa seria de 90.3%. Mas se não fosse incorporado o ponderador técnico (0.93), o valor da sobretaxa seria de 83.3%, portanto o ponderador agrava o valor da sobretaxa como forma de beneficiar o produtor nacional.

⁴ O Preço CIF para um determinado mês baseia-se na média calculada na base FOB cotado no primeiro contrato nº11 de futuros do mês em questão na bolsa de açúcar de Nova Iorque e o preço do dia cotado para os 30 dias anteriores ao 21º dia do mês anterior acrescida dos custos de frete e seguro apropriados na base de cotações internacionais (Artigo3, Diploma Ministerial 56/2001).

Nº1; Diploma Ministerial nº198/98 de 30 de Outubro; Decreto nº51/98 de 29 de Setembro, BR Nº38).

A fórmula usada para o cálculo e cobrança do IVA é a seguinte:

$$\text{IVA devido} = \text{IVA liquidado nas Vendas} - \text{IVA Suportado nas Compras} \quad (2)$$

O IVA equivale a 17% e foi introduzido no ano de 1999 em substituição do Imposto de Circulação. O IVA é liquidado no acto da emissão da factura ou documento equivalente que comprove a operação da venda dos bens ou a prestação de serviços. Nas importações, a liquidação do IVA é feita conjuntamente com os direitos aduaneiros no boletim do despacho aduaneiro. Existem algumas transacções que beneficiam (ou podem beneficiar) de isenção do IVA (Código do IVA, 1998).

O GoM, como forma de dinamizar a actividade açucareira e a produção de cana-de-açúcar, nesta fase da sua reabilitação e expansão, considerou conveniente conceder a isenção do IVA ao sector açucareiro no que diz respeito a produção interna e a importação. A política da isenção do IVA foi posta em vigor com o objectivo de minimizar o contrabando de açúcar (Arnaldo Ribeiro, 2002⁵). Para tal foram feitas algumas alterações no código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que havia sido aprovado pelo Decreto nº 51/98, de 29 de Setembro (Decreto nº 4/2002 de 26 de Março).

De acordo com o Artigo 9 do decreto nº4/2002, *'passa a estar isento do imposto, as Transmissões de bens e as prestações de serviço efectuadas no âmbito da actividade agrícola de produção de cana-de-açúcar e destinadas á industria'*. O Artigo 9^A do mesmo decreto salienta que *'estão isentos de imposto as transmissões do açúcar, as aquisições de bens das classes K, M e I constantes da Pauta Aduaneira efectuadas pela indústria nacional do açúcar'*. O prazo da isenção era até o dia 31 de Outubro de 2004. A produção da cana sacarina passou a beneficiar de isenção completa do IVA e a produção de açúcar passou a beneficiar de uma isenção simples.

No ano de 2004, o GoM viu a necessidade de prolongar o prazo da isenção do IVA ao açúcar, pelo facto de o sector açucareiro ainda se encontrar numa fase de expansão

⁵ Arnaldo Ribeiro, director do INA in Jornal Notícias de 01/04/02.

(Artigo 9^A, BR N° 48, de 10 de Dezembro de 2004,). Portanto, prolongou a isenção de imposto a: (i) A Transmissão do açúcar; (ii) As aquisições de matérias-primas, produtos intermediários, peças, equipamentos, componentes, efectuadas pela indústria nacional do açúcar. A isenção prevista neste artigo passa a vigorar até a data de 31 de Dezembro de 2006. A tabela nº4 apresenta um resumo das medidas divulgadas nos Boletins das República e Decretos nos anos de 1999 a 2004.

Tabela N°4: Políticas Proteccionistas Implementadas no sector açucareiro, 1999-2004

ANO	POLÍTICAS PROTECCIONISTAS IMPLEMENTADAS NO SECTOR AÇUCAREIRO
1999	SUBSÍDIO A PRODUÇÃO (ISENÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO decreto 74/1999, 75/1999 de 12 de Outubro): (i) Bens de classe K, L e I. (ii) Bens de classe C, quando o valor das exportações não excede 1% do total do investimento total do projecto. TAXA VARIÁVEL DE IMPORTAÇÃO: BR N° 40 de 12 de Outubro de 1999 através do Decreto 75/99 Aprova o regime aduaneiro especial aplicável as fábricas de açúcar durante o período de reabilitação.
2001	SOBRETAXA (BR N° 15, Diploma Ministerial 56/2001): (i) Pagamento de sobretaxa das posições pautais 17.01.11, 17.01.12, 17.01.91, 17.01.99, são fixadas mensalmente; (ii) Sobretaxa igual a diferença do preço de referência (US\$ 385/Ton, US\$ 450/Ton) e os preços CIF aplicáveis. ISENÇÃO DA SOBRETAXA (Anexo I): estarão isentas da sobretaxa a quantidade de açúcar para as necessidades produtivas multiplicada pela percentagem doméstica em falta (o prazo expira dia 30/04/02).
2002	ISENÇÃO DO IVA (BR N°13, Decreto 04/2002): transmissões de bens e as prestações de serviços, efectuadas no âmbito das transmissões agrícolas de produção de cana-de-açúcar e destinadas à indústria; PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO DA SOBRETAXA (BR N° 36, Diploma Ministerial 141/2002): (i) para utilizadores industriais de açúcar classificados para as posições pautais 17.01.91 e 17.01.99 (até 31/12/02).
2004	EXTENSÃO DA ISENÇÃO DO IVA (BR N° 48 de 10 de Dezembro, decreto 55/2004): (i) a transmissão do açúcar; (ii) as aquisições de matérias-primas, produtos intermediários, peças, equipamentos, componentes, efectuadas pela indústria nacional do açúcar.

Fonte: BR N° 13, 15; 36; 40; 48.

A conclusão a que se chega neste capítulo é que o GoM, dada a grande dimensão da produção do sector açucareiro moçambicano, decidiu implementar uma reforma ao sector por via da privatização das açucareiras e políticas de preços que incluía a sobretaxa, acrescida da tarifa (já em vigor), cobrança e posterior isenção do IVA.

Uma vez feito o enquadramento teórico do sector açucareiro Moçambicano, segue-se agora a análise do sector açucareiro no contexto internacional como forma de se poder fazer uma análise comparativa das políticas comerciais implementados em Moçambique relativamente ao que foi implementado por outros países.

CAPITULO III.

CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL DO SECTOR AÇUCAREIRO

O açúcar tem sido produzido em mais de 100 países do mundo. A cana-de-açúcar é essencialmente produzida nos países tropicais do Hemisfério Sul e perfazem um total de 70% do total da produção mundial, enquanto os restantes 30% provém da produção do açúcar de beterraba produzida nas zonas temperadas do norte.

O açúcar é um dos produtos mais protegidos a nível mundial (ver anexo nº1). A maioria dos países produtores de açúcar tem implementado políticas de protecção para a indústria doméstica de açúcar como forma de se precaverem da competição externa. Como resultado, cerca de 70/75% da produção total é consumida no país de origem e o remanescente é vendido no mercado mundial ou canalizado para os mercados preferenciais, principalmente, o mercado da UE e dos EUA, ao abrigo de acordos de quotas especiais. Apenas 1/5 a 1/4 do total da produção mundial são actualmente comercializadas a preços do mercado mundial (FSU, 1999).

Moçambique, tal como outros países a nível mundial, é um dos produtores de açúcar, porém em menor dimensão em relação a outros países. Uma vez que Moçambique faz parte do grupo de países produtores de açúcar, é afectado pelas políticas que são implementadas a nível mundial.

O presente capítulo pretende fazer uma análise histórica, em primeiro lugar, das experiências em termos de políticas proteccionistas implementadas a nível mundial; as consequências em termos de níveis de produção, preços e consumo, bem como, uma análise da posição de Moçambique a nível internacional e regional.

3.1. EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS PROTECCIONISTAS IMPLEMENTADAS A NÍVEL INTERNACIONAL (CASO DOS EUA, UE, BRASIL)

Como forma de se fazer uma análise detalhada das políticas proteccionistas implementadas a nível internacional, seleccionou-se três países com fortes níveis de produção e influência nas variações de preço, importação e exportação a nível mundial, nomeadamente, os Estados Unidos da América, o Brasil e a União Europeia.

3.1.1. Os Estados Unidos da América (EUA)

Os Estados Unidos são um dos maiores produtores e consumidores de açúcar do mundo, com uma história de protecção e suporte da indústria de açúcar doméstica relativamente longa. Negociaram acordos de livre comércio da América do Norte com o Canadá e o México (NAFTA, aprovado em 1993) e o acordo da Ronda do Uruguai (aprovado em 1994). Por outro lado, adoptaram medidas proteccionistas (ver tab. nº5) como forma de se proteger dos mercados de países como o Japão, a Coréia do Sul e a China (Krugman, 2001).

Os EUA são importadores líquidos de açúcar (ver gráf. nº 3) e como forma de proteger o mercado doméstico criaram políticas como os programas de suporte de preços, as quotas e tarifas à importação. Os preços domésticos para o açúcar castanho tem sido 50% mais elevados que os níveis de preços mundiais. A política de preços⁶ dos EUA era implementada no sentido de suportar os níveis de preços internos como forma de encorajar a produção doméstica (FAO, 2002).

3.1.2. O Brasil

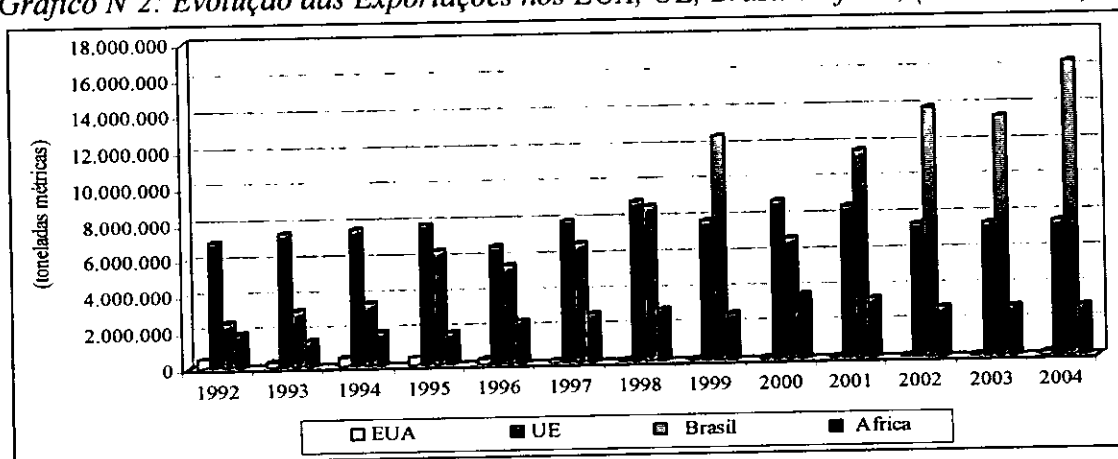
O Brasil é o maior produtor e exportador de cana-de-açúcar a nível mundial (ver gráf. nº2); é o terceiro maior consumidor de cana-de-açúcar (FAO, 2002) e é um dos produtores de açúcar ao mais baixo custo. O Brasil é produtor de açúcar refinado, anidro e álcool hidratado⁷ através da cana-de-açúcar. A indústria açucareira brasileira era bastante regulada (ver tab. nº5).

Como forma de responder as crises do petróleo de 1973, foi criado o Programa Nacional de Álcool (PROALCOOL) em 1975. Em Fevereiro de 1999, os preços do etanol foram liberalizadas. A produção do etanol passou a ser regulada por decretos do governo. No ano 2001, foi implementada a política da tarifa comum externa de 20% para a importação do açúcar e uma taxa de importação de etanol de 30%, como forma de proteger os produtores domésticos brasileiros.

⁶ O Programa de suporte de preços permitia que o Departamento de Agricultura dos EUA criasse um preço mínimo, aos produtores de cana-de-açúcar ou processadores de beterraba, como forma de estabilizar o preço mínimo de mercado (FAO, 2002).

⁷ A produção de álcool é para fazer face ao consumo doméstico de gasolina.

Gráfico N°2: Evolução das Exportações nos EUA, UE, Brasil e África, (1994 a 2004).

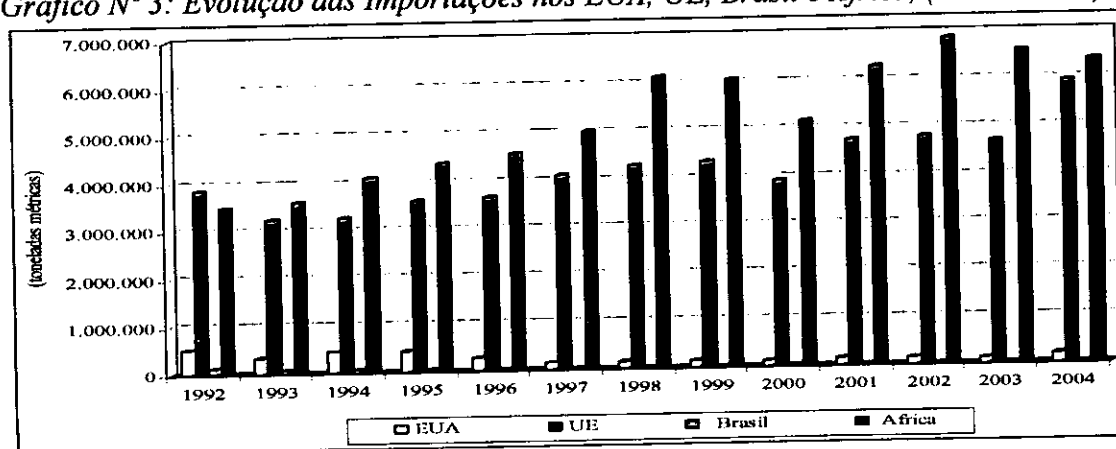


Fonte: FAOSTAT Database Query, 2006 (estimado com base na tabela n°7 em anexo)

3.1.3. A União Europeia (UE)

A União Europeia apresentava um mercado excedentário de açúcar e por isso passou a ser regido por uma organização comum de mercado (OCM) desde 1968. A OCM foi criada como forma de proteger os produtos agrícolas da UE por via da fixação das regras de plantio, comercialização, preços, subsídios, estocagem e comércio exterior (ver tab. n°5). A OCM do açúcar se baseia num preço de intervenção superior aos preços internacionais. Para os países gozarem deste preço privilegiado, são fixadas quotas de produção alocadas a cada país membro, indústria e fornecedor de matéria-prima. Para financiar este subsídio, são cobradas taxas sobre o açúcar produzido e tarifas de importação e a diferença é coberta por fundos do orçamento comunitário (Moura Filho, H.P., 2001). A UE importa açúcar bruto de ex-colônias europeias (ver gráf. n°3), pago ao preço interno da UE e beneficiado por isenção de tarifa de importação. A maior parte deste açúcar é reexportado de forma refinada.

Gráfico N° 3: Evolução das Importações nos EUA, UE, Brasil e África, (1994 a 2004)



Fonte: FAOSTAT Database Query, 2006 (estimado com base na tabela n°8 em anexo)

Tabela nº5: Políticas Proteccionistas Implementadas pelos EUA, Brasil e UE.

Países	Ano	Política	Objectivo
EUA	1789-1934	Imposição de tarifa para o açúcar estrangeiro.	Criar receitas para o governo.
	1934-1974	Jones-Casting Act	(i) determinar as quantidades de açúcar a preços razoáveis para os consumidores e produtores; (ii) divisão do mercado de açúcar em áreas de oferta doméstica e estrangeira; (iii) partilha das quotas; (iv) ajustamento da produção para a estabilização da quota.
	1974-2002	Programa Federal do Açúcar	(i) restrições das importações; (ii) pagamento directo aos produtores que já não produziam; (iii) eliminação da taxa de imposto de consumo do açúcar doméstico e importado.
Brasil	1933-1973	Criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA)	(i) resolver o problema da sobre-produção de açúcar; (ii) fixação das quotas de produção e fixação dos preços para o controle das exportações; (iii) tarifas à importação e taxas de exportação.
	1973-1975	Programa Nacional do Alcool Brasileiro (PROALCOOL)	(i) responder a crise do petróleo; (ii) garantia de crédito, subsidiada a taxas de juros baixas;
	1998-2201	Liberalização do preço do etanol	(i) redução dos subsídios pagos aos produtores de álcool
	2001	Tarifa Comum externa (20%) para a importação de açúcar; Taxa de Importação do Etanol (30%)	(i) garantir que os produtores de açúcar e etanol aplicassem um preço elevado do seu produto.
UE	1947	GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)	(i) reduzir as barreiras comerciais entre países; (ii) aumentar a sua interdependência e reduzir os riscos de um novo conflito armado.
	1957-1997	Política Agrícola Comum (PAC)	(i) garantia dos preços através de criação de uma quota. (ii) restrição à importação para reduzir a entrada de produtores estrangeiros potenciais ao mercado europeu; (iii) subsídio a exportação apoiada por tarifas à importação; (iv) Reforma MacSharry (1992).
	1995/96-2000/2001	Ronda do Uruguai do GATT	(i) acesso a tarifas reduzidas ou nulas de pelo menos 3% do consumo doméstico; (ii) substituição de tarifas <i>ad valorem</i> por tarifas fixas; (iii) salvaguarda de uma tarifa adicional, aplicável sempre que o preço CIF estivesse abaixo de 90% do preço de referência (531 euros); (iv) restrições de importação de açúcar subsidiado; (v) redução das quotas de modo a reduzir os reembolsos.
	2001	Iniciativa "Everything But Arms" (EBA)	(i) garantir o acesso preferencial dos LDCs ao mercado da UE; (ii) acesso livre de imposto para o açúcar castanho proveniente dos LDCs.
	2002-2008	Reforma do sector açucareiro	(i) acabar com os subsídios directos e indirectos à exportação; (ii) aumentar o acesso ao mercado para os países pobres; (iii) proteger os interesses da ACP; (iv) garantir a sustentabilidade social e ambiental para os pequenos produtores de beterraba; (v) reforma Fishler, da PAC (2003).

Fonte: ⁽ⁱ⁾ Alvarez J.& Leo C., 2002; ⁽ⁱⁱ⁾ FAO/Mozambique Sugar Conference, 2002; ⁽ⁱⁱⁱ⁾ Oxfam Internacional, 2004. ^(iv) Moura Filho. P., 2001; ^(v) UNCTAD, 2005; ^(vi) ICONE, 2003; ^(vii) Krugman, 2001.

3.2. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO, CONSUMO E PREÇOS DE AÇÚCAR A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL

No presente sub-capítulo se pretende fazer uma análise da evolução da produção, consumo e preços de açúcar a nível internacional como forma de saber a posição que a África ocupa a nível internacional no mercado de açúcar.

3.2.1. Evolução da Produção Mundial de Açúcar

A produção de açúcar a nível mundial tendeu a subir motivada por políticas de incentivo a produção doméstica implementada em cada país bem como outras políticas proteccionistas que estimularam a produção do açúcar. A tabela nº2 em anexo apresenta a evolução da produção de açúcar no período de 1988 a 2000 e projecções até 2010.

A Ásia apresenta a maior taxa de crescimento da produção na ordem dos 3.5% e os países em desenvolvimento no geral apresentam uma taxa de crescimento da produção de 3.2%. Esta taxa é equivalente a taxa registada na América do Norte e Caribe. Os países desenvolvidos apresentam uma taxa de crescimento da produção do açúcar negativa (-0.3%), o que significa que a produção de açúcar, nesses países, tendeu a crescer a níveis cada vez menores. Em termos de projecções, a América Latina e Caribe apresentam a taxa de crescimento prevista para 2010, mais elevada, na ordem dos 2.9%, seguida dos países em desenvolvimento e a Ásia.

3.2.2. Evolução do Consumo Mundial de Açúcar

A tabela nº3 em anexo, apresenta a evolução do consumo de açúcar registado no período de 1988/90 a 1998/00 e projecções até 2010. A análise dos níveis de consumo mundial levam-nos a concluir que os países em desenvolvimento são os maiores consumidores de açúcar, seguida dos países desenvolvidos e em terceiro lugar a Ásia. Em termos de taxas de crescimento do consumo, a Ásia apresenta a maior taxa, de 3,4%, seguida da Austrália com uma taxa de 3.3% e em terceiro lugar os países em desenvolvimento com uma taxa de 3.0%.

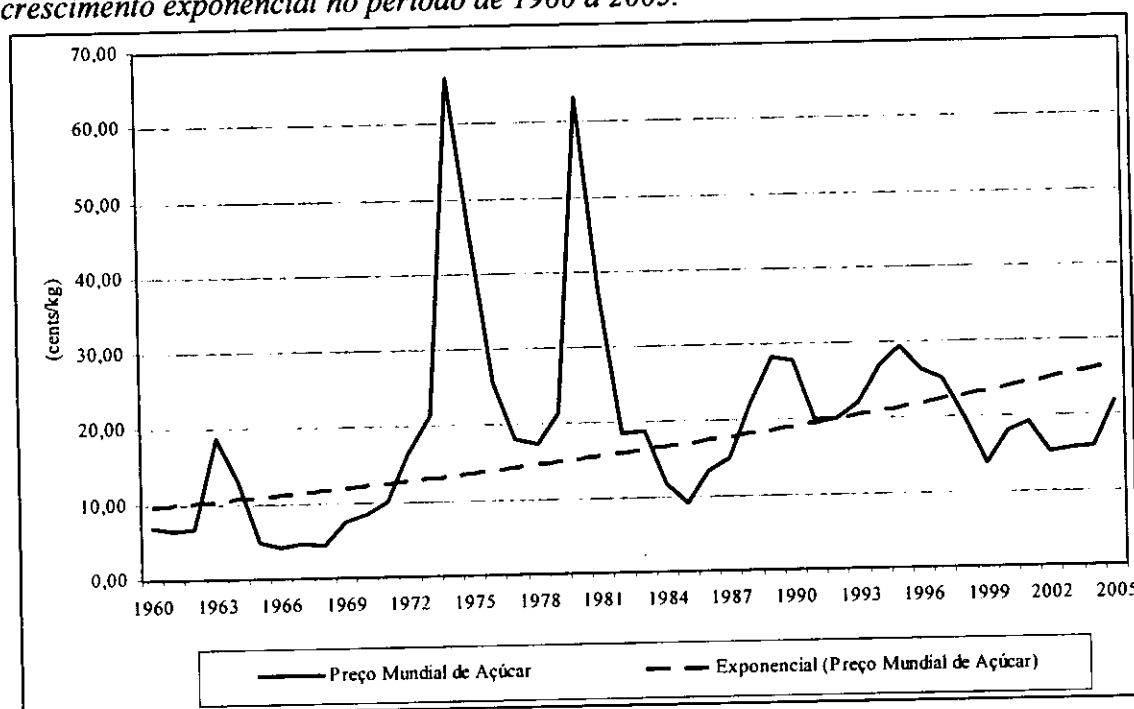
3.2.3. Evolução do Preço Mundial de Açúcar

Estudos feitos relativos às políticas sobre o açúcar, implementadas pelos países a nível mundial (Borrel e Pearce, 1999), concluíram que (i) a média dos preços do açúcar nos

países desenvolvidos encontram-se acima de dobro do preço mundial; (ii) 40% da produção de açúcar é altamente subsidiada; (iii) o Japão, a Europa Ocidental e os Estados Unidos são os países mais protegidos; (iv) alguns pequenos exportadores recebem um subsídio a exportação como ajuda; (v) os subsídios ao produtor são pagos por via de taxas ao consumidor. Contudo, tem sido implementadas medidas que visam reduzir os níveis de protecção (como por exemplo, a Ronda do Uruguai).

O gráfico nº4 mostra a evolução do preço mundial de açúcar e a sua tendência de crescimento exponencial para o período de 1960 a 2005.

Gráfico Nº4: Evolução do Preço mundial de Açúcar e respectiva Tendência de crescimento exponencial no período de 1960 a 2005.



Fonte: Base de dados do SIMA, 2006

O preço mundial de açúcar tendeu a oscilar ao longo do período de 1960 a 2005 e atingiu o seu pico nos períodos entre 1972/75 e 1978/81. A partir de 1981 a 2005, o preço de açúcar continuou a oscilar contudo a níveis cada vez menores. Desde o ano de 1999 os preços mundiais de açúcar tenderam a estabilizar.

3.3. POSIÇÃO DO SECTOR AÇUCAREIRO MOÇAMBICANO A NÍVEL REGIONAL E INTERNACIONAL

O presente sub-capítulo pretende analisar a posição que Moçambique ocupa a nível internacional e da África no que diz respeito ao sector açucareiro. A análise será feita,

numa primeira fase, em termos dos principais acordos que Moçambique tem vindo a estabelecer, seguidamente se fará uma análise da posição que Moçambique ocupa a nível internacional em termos de performance do campo e da indústria.

3.3.1. Acordos Comerciais estabelecidos por Moçambique a nível da África e internacional

Moçambique, como forma de aumentar o leque de mercados de exportação, tem vindo a estabelecer acordos e parcerias comerciais a nível Regional e a nível Internacional, nomeadamente, o acordo de Parceria de Cotonou, o acordo de acesso livre de imposto ao mercado da UE (Iniciativa EBA), o acordo de acesso preferencial ao mercado dos Estados Unidos (AGOA) e outros acordos Bilaterais (ver tab.6).

Tabela Nº6: Acordos Comerciais entre Moçambique e países da África Subsaariana, EUA e UE.

Região	Acordo Comercial	Ano	Objectivo
África	Protocolo Comercial da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)	Agosto de 2001	(i) eliminação de tarifas no comércio em certos bens; (ii) tarifas em <i>items</i> adicionais serão eliminadas até o ano de 2012; (iii) quando Moçambique tiver reunido todos os requisitos pedidos pela SADC, os seus produtos terão um livre acesso em outros mercados.
		Dezembro de 2005	(i) SACU: acordo de exportação de Moçambique para o mercado da SACU de 5.797 tons de açúcar; (ii) Moçambique e Malawi: Livre comércio de bens (incluindo o açúcar) em ambos países.
EUA	AGOA/GSP (Lei de Crescimento e Oportunidade para África/Sistema Geral de Preferências)	Maio de 2000	(i) Livre entrada ao mercado dos Estados Unidos de uma larga escala de produtos moçambicanos; (ii) livre entrada de produtos da EUA ao mercado moçambicano.
		2005/2006	Quota de importação no mercado moçambicano na ordem de 14.604 tons.
EU	Acordo de Cotonou	Julho de 2000	Acesso livre de imposto e de quota para produtos industrializados entre a UE e países pertencentes a ACP.
	Iniciativa EBA (Tudo Menos Armas)	2001	Acesso livre de imposto e de quota ao mercado da UE (e vice versa) para alguns produtos a partir de 2006.
		2005/2006	Exportação ao abrigo da iniciativa EBA de 16800 tons de açúcar para a UE.
	Protocolo do Açúcar UE/ACP	2003/2004	Quota de importação: (i) ano comercial de 2004/2005 exportação para o mercado da UE cerca de 12500 tons de açúcar; (ii) ano comercial de 2005/06 exportação para o mercado da UE cerca de 18650 tons de açúcar.

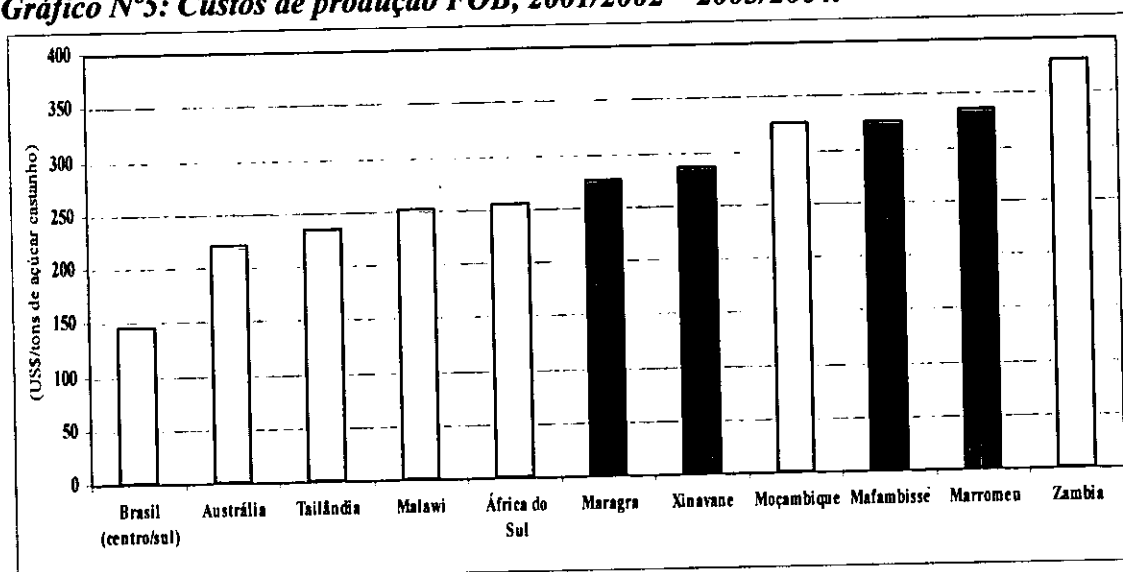
Fonte: Country Commercial Guide 2006; USAID, 2002; UE-SADC, 2005.

Os acordos de parceria económica que Moçambique tem estabelecido, a nível Regional e Internacional, beneficiam o país em termos de acesso aos mercados da União Europeia, Estados Unidos e a nível da África.

3.3.2. Performance da Indústria açucareira moçambicana a nível da África e internacional

O gráfico nº5 apresenta a posição de Moçambique entre os seus seis maiores concorrentes, nomeadamente, o Brasil, a Austrália, a Tailândia, a África do Sul, o Malawi e a Zâmbia, em termos de custos de produção que as indústrias açucareiras auferem.

Gráfico Nº5: Custos de produção FOB, 2001/2002 – 2003/2004.



Fonte: LMC Internacional, 2004

A nível do grupo dos maiores competidores de Moçambique, o Brasil, é o país com menores custos de produção e Moçambique faz parte do grupo de países com custos médio/baixos de produção.

A tabela nº4 em anexo, apresenta os principais indicadores da performance do campo no período de 2001 a 2004. De acordo com estes indicadores, existe uma grande variação da performance das diversas indústrias açucareiras de cada país. O Brasil apresenta os melhores indicadores de performance do campo pois, apresenta a maior área cortada para a cana, os melhores índices de sacarose e também é o líder na exportação a nível mundial. Moçambique, em termos da performance do campo, encontra-se melhor posicionada em relação ao Malawi e a Zâmbia em termos da área cortada para a cana e

a área de colheita. No entanto, o Malawi e a Zâmbia apresentam melhores indicadores em termos de quantidade de sacarose e rendimento da sacarose que Moçambique.

A tabela nº5 em anexo, apresenta os indicadores de performance da fábrica para os anos de 2001 a 2004. A análise da tabela permite-nos concluir que o Brasil apresenta o maior número de fábricas, a maior capacidade utilizada, maior produtividade da cana bem como os maiores níveis de açúcar produzido. O segundo país que apresenta melhores indicadores é a Tailândia, seguida da Austrália e a África do Sul. Moçambique encontra-se com melhores indicadores de número de fábricas, o total da capacidade instalada e a produtividade média da cana relativamente a Zâmbia. Contudo, a Zâmbia apresenta melhores indicadores em termos da quantidade de açúcar produzido e capacidade média da fábrica.

No que diz respeito aos níveis de produção, a tabela nº6 em anexo, apresenta a posição que Moçambique ocupa dentro da SADC em termos de produção de açúcar, consumo e comércio no período de 1998 a 2000. Com base na tabela, pode-se tirar três observações: (i) a SADC como todo não constitui apenas um produtor excedentário, mas também, um exportador líquido; (ii) A África do Sul é o maior produtor, consumidor e exportador de açúcar a nível da África e as Maurícias, a Suazilândia e o Zimbabué ocupam a posição intermédia; (iii) Apenas o Botswana e a Namíbia não produzem açúcar.

A conclusão que se pode tirar deste capítulo é que o sector açucareiro é bastante protegido, a nível internacional, através de políticas comerciais implementadas nomeadamente, tarifas à importação do açúcar, quotas à importação, restrições à exportação bem como a concessão de subsídios à produção e à exportação. A Austrália, o Brasil, a Tailândia, a África do Sul, o Malawi e a Zâmbia são os maiores competidores de Moçambique a nível mundial. Moçambique contudo, beneficia-se de acordos a nível da África bem como a nível mundial, nomeadamente, Protocolo Comercial da SADC, Protocolo do Açúcar UE/ACP, Acordo de acesso livre de imposto ao mercado da UE, Acordo de acesso preferencial ao mercado dos Estados Unidos, acordo de Cotonou, entre outros.

Uma vez analisado o sector açucareiro no contexto internacional e regional, segue-se agora, uma revisão de literatura das principais políticas proteccionistas que vêm sido implementadas tanto em Moçambique (Cap. II) como a nível internacional (Cap. III).

CAPITULO IV

CONCEITOS TEÓRICOS LIGADOS A REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR AÇUCAREIRO

A análise dos conceitos teóricos será feita com base no estudo da teoria que se encontram por detrás das principais políticas proteccionistas implementadas pelo GoM e a nível mundial no que diz respeito aos incentivos concedidos no âmbito da reforma e reestruturação do sector açucareiro.

Com base na análise feita no capítulo II (sobre as políticas adoptadas pelo GoM no âmbito da reforma ao sector açucareiro moçambicano) e a análise feita no capítulo III (sobre as políticas comerciais proteccionistas implementadas a nível internacional), depreende-se que as principais medidas de política que o GoM bem como os governos a nível internacional, vem implementando no sector açucareiro são:

- (i) Cobrança de Tarifas à Importação do Açúcar;
- (ii) Fixação de quotas à importação e restrições a exportação do açúcar;
- (iii) Concessão de Subsídios à exportação.

Passa-se de seguida a explicação de cada um destes conceitos.

4.1. TARIFA À IMPORTAÇÃO DO AÇÚCAR

A tarifa à importação do açúcar é a política comercial mais usada pelos países no geral (e Moçambique, em particular) no processo de protecção às indústrias domésticas.

Muitos países a nível mundial, possuem vantagens absolutas ou comparativas na produção e exportação de açúcar (ver caixa nº1). Existem alguns países com mais vantagens em relação a outros na produção de açúcar. Os países com menos vantagens, sentem a necessidade de implementar políticas proteccionistas que o ajudam a precaver da concorrência externa, no comércio internacional.

Caixa nº1: Factores que justificam o Comércio Internacional: Vantagens Absolutas e Relativas

Os factores que justificam o comércio internacional são: (i) o facto de os países serem diferentes uns dos outros e por isso poderem se beneficiar das diferenças que auferem e produzirem aquilo que o país faz relativamente bem (vantagens absolutas e comparativas); (ii) obter economias de escala na produção, isto é, cada país pode produzir uma variedade limitada de bens em uma escala maior e mais eficientemente daquilo que produziria se tentasse produzir tudo (Krugman, 2001).

Um país terá *vantagens absolutas* na produção de açúcar, se este país puder produzir uma unidade de açúcar com menos trabalho que outro país. Por outro lado, o país terá *vantagens comparativas* na produção de açúcar, se o custo de oportunidade da produção do açúcar em termos de outros bens for mais baixo em relação a outros países (Krugman, 2001; Samuelson, 1993).

4.1.1. Conceitualização

A Tarifa sobre importações é um imposto cobrado quando um bem é importado. É usada como forma de equilibrar os termos de troca de um país (Krugman, 2001).

As tarifas sobre importações do açúcar podem ser classificadas de duas formas:

- (i) Tarifas Específicas: são impostos cobrados por unidade de açúcar importado;
- (ii) Tarifas *ad valorem*: são impostos cobrados como uma fracção do valor do açúcar importado (taxa expressa em percentagem).

Em ambos os casos, o objectivo é elevar o custo do açúcar embarcado para um país. As tarifas são a forma mais antiga da política de comércio e são utilizadas tradicionalmente como uma fonte de renda do governo. A sua finalidade tem sido, não só, fornecer receita, mas também, proteger o sector açucareiro. A aplicação de uma tarifa à importação de açúcar envolve custos e benefícios às sociedades.

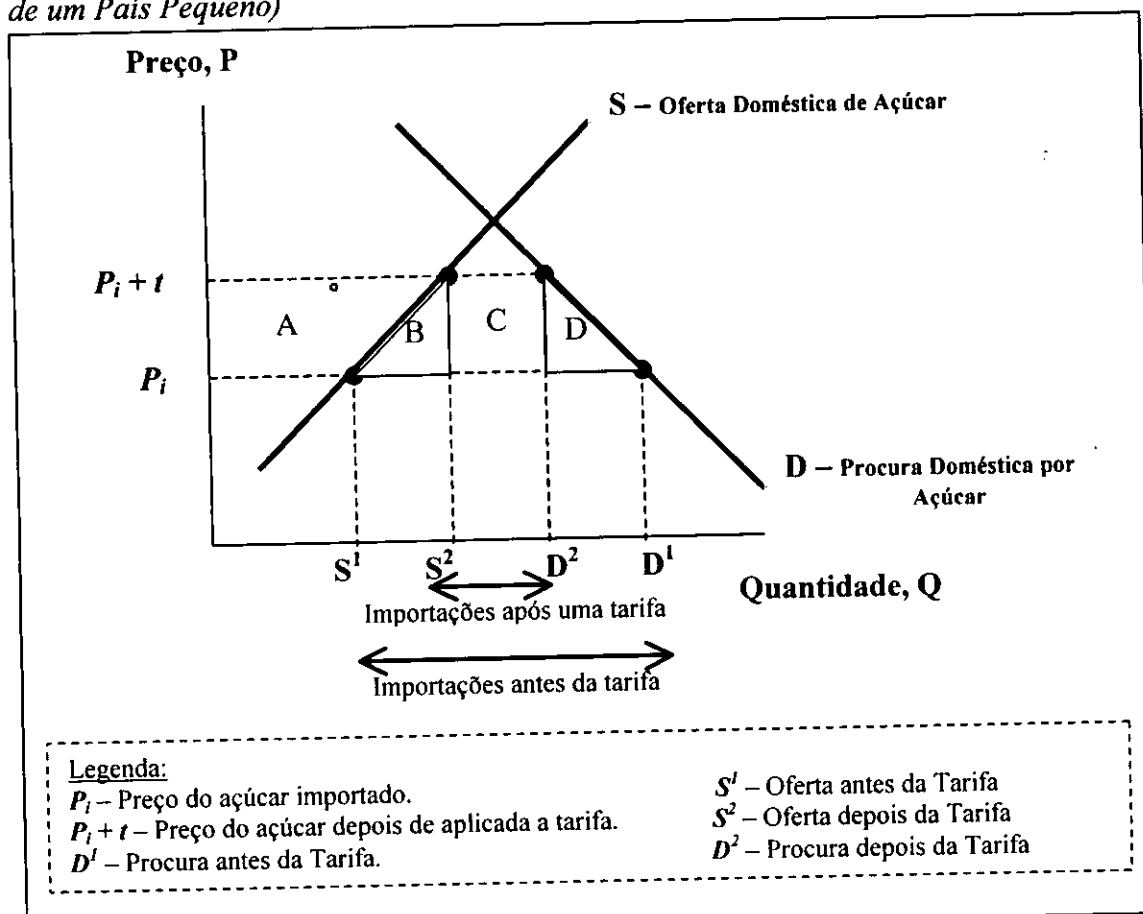
4.1.2. Custos e Benefícios de uma Tarifa à Importação

Os ganhos ou perdas causadas pela imposição de uma tarifa sobre a importação do açúcar vão depender da habilidade do país que impõe a tarifa em termos de baixar os preços de exportação estrangeiras (Krugman, 2001:203).

O resultado que uma tarifa sobre a importação do açúcar tem no caso de um país pequeno como Moçambique é (ver gráf. n.º6):

- (i) A tarifa aumenta o preço do açúcar importado pelo montante total da tarifa, de P_i para $P_i + t$.
- (ii) A produção do açúcar aumenta de S^1 para S^2 , enquanto o consumo se reduz de D^1 para D^2 . Como resultado, as importações do açúcar em Moçambique caem.

Gráfico N.º6: Custos e Benefícios de uma Tarifa sobre a Importação de Açúcar (Caso de um País Pequeno)



Fonte: Krugman, 5ª Edição; Panagariya, 2002.

A análise ao gráfico n.º6 leva-nos a concluir que:

- (1) Uma tarifa sobre o açúcar importado eleva o preço recebido pelos produtores locais de açúcar. Esse efeito é o principal objectivo da tarifa (proteger os produtores locais dos preços baixos que resultam da concorrência de importações). O excedente do produtor corresponde à área abaixo do preço P_i , mas acima da curva da oferta. Com o aumento do preço do açúcar para $P_i + t$, este excedente aumenta na extensão da área denominada "A". Os produtores ganham com a tarifa sobre a importação de açúcar.

- (2) O preço de açúcar dos consumidores locais aumenta o que piora a sua situação económica. O excedente do consumidor⁸ corresponde à área acima do preço, mas abaixo da curva de demanda. Quando o preço do consumidor aumenta, de P_i para $P_i + t$, o excedente do consumidor diminui na extensão da área indicada por $A+B+C+D$. Portanto, os consumidores são prejudicados pela tarifa sobre a importação de açúcar.
- (3) O governo ganha quando impõe a tarifa sobre a importação de açúcar. O seu ganho é a alíquota da tarifa t vezes o volume de importações de açúcar e corresponde a área C .

O efeito líquido (custo líquido) sobre o bem-estar que uma tarifa, sobre a importação do açúcar, pode ter, é o seguinte:

$\begin{aligned} \text{Efeito Líquido} &= \text{Perda do Consumidor} + \text{Ganho do Produtor} + \text{Receita do Governo} \\ &= - (A + B + C + D) \quad + \quad A \quad + \quad C \\ &= - (B + D) \end{aligned}$	(3)
--	-----

Onde: $(B+D)$ – perda de eficiência;

O triângulo “B” representa a perda pela distorção da produção, resultante do facto de a tarifa levar os produtores locais a produzirem muito açúcar. O triângulo “D” é a perda pela distorção do consumo, resultante do facto de a tarifa levar os consumidores a consumirem muito pouco de açúcar. O valor dos triângulos depende da elasticidade-preço das funções de oferta⁹ e procura¹⁰ do açúcar.

No caso de um país pequeno como Moçambique, os preços mundiais não são afectados pela cobrança de uma tarifa à importação em Moçambique e portanto não se verificam os ganhos dos termos de troca. Consequentemente, a tarifa reduz o bem-estar dos consumidores moçambicanos pois distorce os incentivos dos produtores e consumidores induzindo-os a agir como se as importações fossem mais caras do que realmente são.

⁸ O Excedente do Consumidor mede a quantidade que o consumidor ganha em uma compra na forma da diferença entre o preço que ele realmente paga e o que ele estaria disposto a pagar. (Krugman, 5ª Edição)

⁹ A elasticidade-preço da oferta de um bem é a sensibilidade da quantidade oferecida de um bem em relação ao seu preço de mercado, isto é, mede a variação percentual da quantidade oferecida em resposta a uma variação de 1% no preço do bem (Samuelson, 1994 & Mansfield, 1982).

¹⁰ A elasticidade-preço da procura é a sensibilidade da quantidade procurada de um bem em relação a variação do preço do bem, mantendo-se o restante constante, isto é, mede a variação percentual na quantidade procurada dividida pela variação percentual no preço (Samuelson, 1994 & Mansfield, 1982).



4.2. QUOTAS À IMPORTAÇÃO E RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO DO AÇÚCAR

Em Moçambique tal como em outros países do mundo, são fixadas quotas com o objectivo de reduzir as importações de açúcar. O GoM pode limitar a quantidade de açúcar que deve ser importado com o objectivo de aumentar o preço interno, assim como as exportações moçambicanas podem ser limitadas na entrada a outros países.

4.2.1. Conceitualização

As Quotas de Importação de açúcar são uma restrição directa à quantidade de açúcar que pode ser importada. A restrição é normalmente executada por meio da emissão de licenças a alguns importadores de açúcar. Uma quota de importação eleva o preço local do bem importado (Krugman, 2001).

As quotas de importação fazem parte do grupo das barreiras não tarifárias e têm sido preferidas pelos governos de muitos países no lugar das tarifas. Fazem parte também das barreiras não tarifárias, as restrições de exportação que são limitações sobre a quantidade exportada, geralmente imposta pelo país exportador a pedido do país importador.

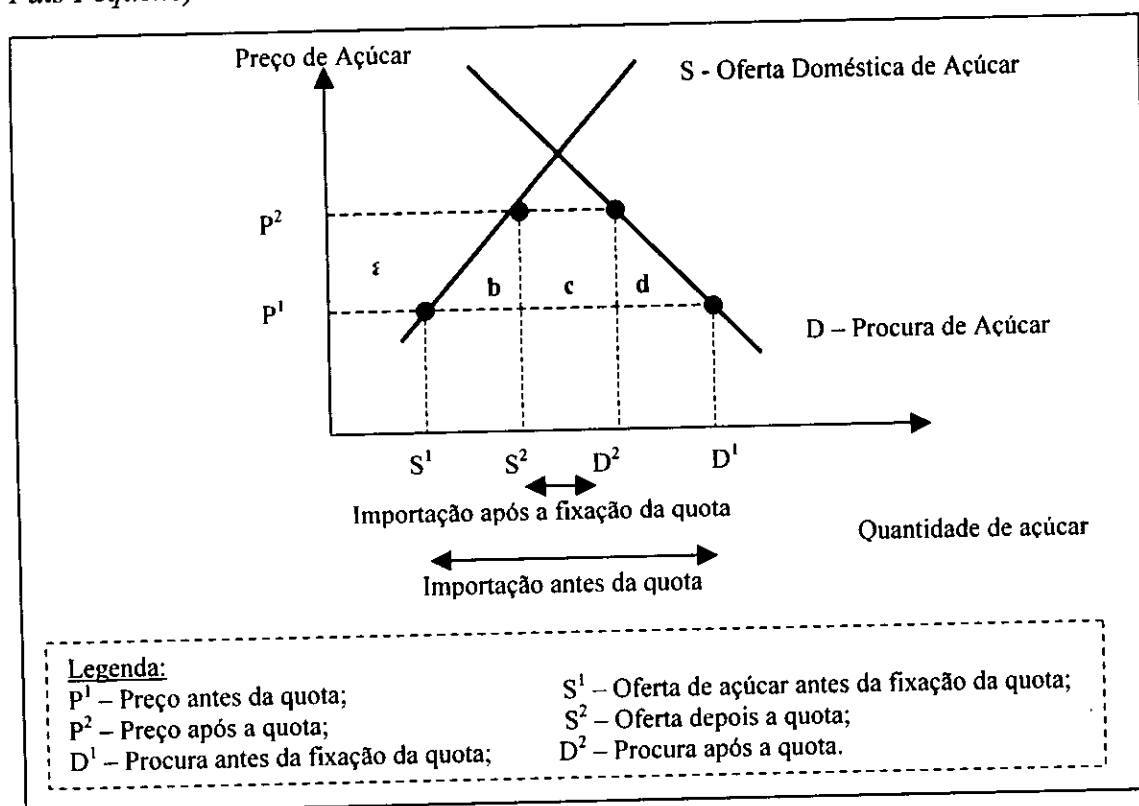
A restrição voluntária às exportações ou acordo de restrição voluntária é uma quota de comércio imposta pelo país exportador ao invés do importador (Krugman, 2001). São geralmente impostas a pedido do importador e recebem o apoio do exportador no sentido de evitar outras restrições.

4.2.2. Custos e Benefícios de uma quota à importação

Quando as importações de açúcar são limitadas por meio de quotas à importação, no preço inicial, a demanda pelo bem excede a oferta doméstica mais as importações. Isso faz com que os preços oscilem até que o mercado se equilibre. As quotas de importação elevam o preço local no mesmo montante de uma tarifa sobre importações.

O gráfico resultante da fixação de uma quota seria semelhante ao da aplicação de uma tarifa à importação do açúcar (ver gráf. nº7).

Gráfico N.º7: Custos e Benefícios de uma Quota à Importação de Açúcar (Caso de um País Pequeno)



Fonte: Krugman, 5ª Edição.

Os efeitos da quota do açúcar sobre o bem-estar são indicadas pelas áreas a , b , c e d . Os consumidores perdem a o excedente $a+b+c+d$, contudo os produtores ganham a área a . A área b representa uma distorção na produção e a área d distorção no consumo. E finalmente a área c representa o ganho do detentor das licenças de importação (valor da quota).

A diferença entre uma quota e uma tarifa é que, uma quota não contribui para a receita do governo. Quando é utilizada uma quota no lugar da tarifa, a receita (que seria do governo no caso da tarifa), é arrecadada por quem recebe as licenças de importação. Os detentores das licenças estão autorizados a importar e revender o açúcar a um preço mais elevado no mercado local.

4.3. SUBSÍDIO À EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

O Subsídio à exportação faz parte do grupo de políticas proteccionistas que os governos implementaram como forma de proteger a indústria açucareira nacional.

Caixa nº2: Protecção: definição, tipos e motivos.

O Protecção é qualquer política adoptada por um país para proteger as actividades económicas nacionais da concorrência das importações. É uma medida de precaução que os países tomam com o objectivo de evitarem perdas nas trocas comerciais livre-cambistas causadas pelas políticas adoptadas por outros países (Guillochon, 1993; ALCA, 2002).

Para além do subsídio à exportação, a protecção sobre um ramo (e no sector açucareiro em particular) pode ser feita por via de outras medidas:

(i) Subsídio à Produção: é uma subvenção que alguns governos concedem aos produtores do bem concorrente ao bem importado com o objectivo de favorecer a produção nacional.

(ii) Restrições Quantitativas: quando o volume importado é fixado num nível inferior àquele que resultaria do livre-câmbio;

(iii) Dumping: é a fixação do preço de exportação para um determinado bem e país, a um nível inferior aos seus custos de produção (Schmidt, C. *et al*, 2002). Numa situação de *dumping*, os preços são, em geral, mais baixos nos mercados externos em relação ao mercado doméstico. O *dumping* é, contudo, justificado pelo cálculo económico num caso em que o país está numa posição de Monopólio para o bem vendido e se confronta com curvas de procura diferentes - monopólio discriminatório - e que para a maximização do lucro do monopólio ele deveria praticar preços diferentes nos diversos mercados. Deveria vender mais barato nos mercados onde a elasticidade-preço da procura é mais elevada, isto é, mercados onde a concorrência é mais elevada (Guillochon, 1993).

Os motivos que levam os países a protegerem-se das políticas adoptadas por outros países, podem ser: (i) Precaverem-se contra situações de posição de monopólio gozados pelos países grandes que influenciam o preço de importação; (ii) Garantir uma melhor redistribuição do rendimento nacional; (iii) Protecção do sector na fase de "infância", devido a existência de países mais competitivos que outros na produção, que aniquilam com a indústria nascente dos países menos competitivos. (iv) Defender o emprego no sector ameaçado pela concorrência.

4.3.1. Conceitualização

O Subsídio à Exportação é um pagamento que o Estado concede aos exportadores por via do Orçamento de estado. Também pode ser concedido a uma empresa ou indivíduo que embarca um bem para o exterior (Krugman, 2001).

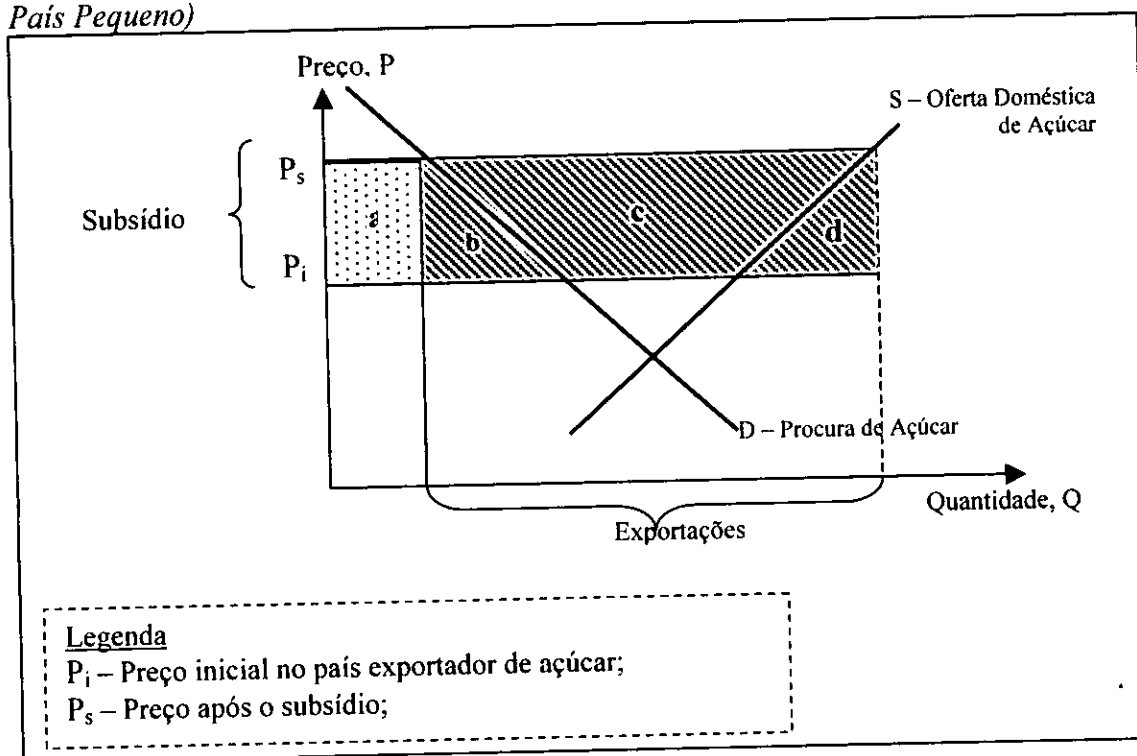
O Subsídio à exportação pode ser específico (uma soma fixa por unidade) ou *ad valorem* (uma proporção do valor exportado). Quando o governo concede um subsídio à exportação, os exportadores irão exportar o bem até o ponto em que o preço local exceda o preço estrangeiro pela quantidade do subsídio.

4.3.2. Custos e Benefícios de um Subsídio à Exportação

O efeito de um subsídio à exportação é o inverso do efeito da tarifa pois o preço no país exportador aumenta de P_i para P_s (ver gráf. nº8):

Devido a queda de preço no país importador, o aumento de preço no país exportador é menor que o subsídio. Consequentemente, no país exportador, os consumidores são prejudicados, os produtores ganham, e o governo perde pois gasta dinheiro na concessão do subsídio.

Gráfico N.º8: Custos e Benefícios de um Subsídio à Exportação de Açúcar (Caso de um País Pequeno)



Fonte: Krugman, 2001

$$\begin{aligned}
 \text{Efeito Líquido} &= \text{Perda do Consumidor} + \text{Ganho do Produtor} - \text{Subsídio do Governo} \\
 &= - (a + b) + (a + b + c) - (b + c + d) \\
 &= - (b + d)
 \end{aligned}
 \tag{4}$$

O efeito líquido corresponde a perda líquida de bem-estar, e também, ao custo do subsídio do governo. Contrariamente a tarifa, o subsídio à exportação piora os termos de troca, baixando o preço da exportação no mercado estrangeiro. Assim, um subsídio à exportação pode implicar custos que excedem os benefícios.

4.4. IMPLICAÇÕES DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS COMERCIAIS PROTECCIONISTAS SOBRE OS TERMOS DE TROCA

A Tabela nº7, compara o efeito dos quatro principais tipos de política comercial que influenciam o bem-estar dos consumidores, produtores, governo e a nação como um todo.

Tabela Nº7: Quadro Resumo dos efeitos das políticas Comerciais

	Tarifa	Subsídio às Exportações	Quota de Importação	Restrições Voluntárias às Exportações
Excedente do Produtor	Aumenta	Aumenta	Aumenta	Aumenta
Excedente do Consumidor	Diminui	Diminui	Diminui	Diminui
Receitas do Governo	Aumenta	Diminui (os gastos do governo aumentam)	Não mudam (rendas para os detentores de Licenças)	Não mudam (rendas para os estrangeiros)
Bem-Estar Económico	Ambíguo (diminui para os países pequenos)	Diminui	Ambíguo (diminui para os países pequenos)	Diminui

Fonte: Krugman, 2001: 213

As implicações sobre os termos de troca (quem ganha e quem perde) resultantes da aplicação das tarifas, quotas e subsídios tem duas dimensões:

- (i) Distribuição Internacional da Renda: Se um país local impõe uma tarifa, ele melhora seus termos de troca às custas do estrangeiro. Portanto, as tarifas prejudicam o resto do mundo (Krugman, 2001).
- (ii) Distribuição da Renda nos países: Uma tarifa tem o efeito directo de elevar o preço relativo interno do bem importado, enquanto um subsídio à exportação tem o efeito directo de elevar o preço relativo interno do bem exportado.

No geral as teorias defendem que uma tarifa auxiliará o sector concorrente às importações na economia doméstica, enquanto prejudicará o sector de exportação; um subsídio às exportações faz o inverso, causando uma mudança na distribuição de renda dentro dos países.

Uma vez apresentados os conceitos relativos às principais políticas comerciais implementadas, segue-se a apresentação do impacto destas políticas sobre os indicadores que medem o desempenho do sector.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO AO SECTOR AÇUCAREIRO MOÇAMBICANO

(Produção, Preços, Vendas, Consumo, Importação, Exportação e Sobretaxa)

A reforma ao sector açucareiro gerou um impacto em termos de níveis de produção doméstica, vendas domésticas, preços de açúcar, importação de açúcar, exportação de açúcar e nos níveis de sobretaxa.

O presente sub-capítulo pretende fazer uma análise simples em termos da tendência da evolução destes indicadores antes da reforma e com maior incidência no período após a implementação das políticas de reestruturação do sector açucareiro moçambicano com o objectivo de se analisar o desempenho do sector açucareiro no período pós reforma.

5.1. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR E AÇÚCAR

A política de privatização das fábricas de processamento de açúcar, bem como a política de preços, fez com que o sector açucareiro recuperasse os níveis de produção que haviam decrescido em termos de área cortada para a fábrica, a cana moída, o melaço, o açúcar produzido, bem como, o rendimento agrícola e industrial no período de 1998 a 2005 (ver tab. nº8).

Tabela Nº8: Evolução da Produção Nacional do Sector Açucareiro (1998-2005)

Ano	Área Cortada para a Fábrica (há)	Cana Moída (ton.)	Açúcar (ton.)	Melaço (Ton.)	Rend. Agríc. (Ton./ Há)	Rend. Ind. (TC:TA) ¹¹
1998	7.266	368.704	38.555	14.167	50,74	9,56
1999	8.462	469.455	50.745	19.587	55,48	9,25
2000	7.900	397.275	39.035	15.844	50,29	10,18
2001	11.828	675.623	67.269	28.749	57,12	10,04
2002	23.907	1.586.262	172.521	55.378	66,35	9,19
2003	27.055	1.940.193	212.194	69.507	71,71	9,14
2004	28.696	1.873.262	205.114	66.079	65,28	9,13
2005	31.199	2.246.985	265.478	81.452	72,02	8,46
2006 est.	32.710	2.391.767	271.433	83.712	73,12	8,81

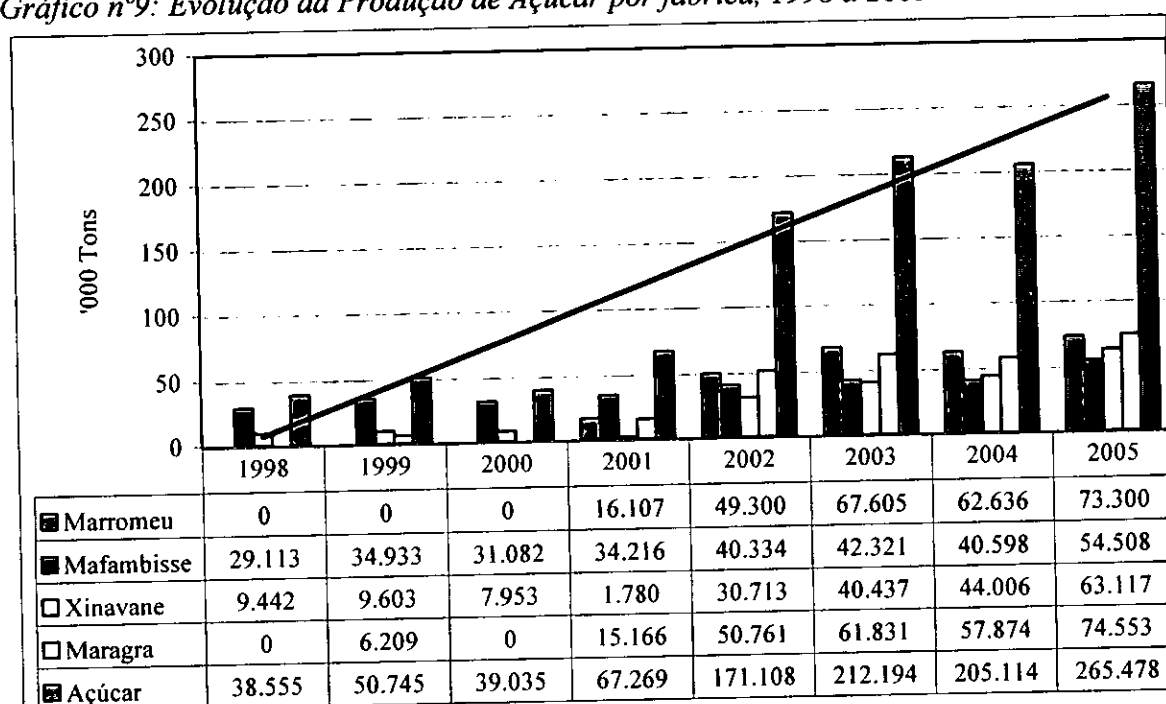
Fonte: Balanço do PES 2001, 2002, 2003, 2004, 2004, 2005.

¹¹ Tonelada de cana usada para produzir uma tonelada de açúcar (TC:TA).

Verificou-se um crescimento da produção de açúcar de 38.555 tons produzido em 1998 para 265.478 tons no ano de 2005. O impacto sobre o rendimento agrícola resultante das vendas do açúcar também foi positivo, dado que este aumentou de 50,74 tons/hac verificado em 1998, para 72,02 tons/hac em 2005.

No gráfico nº9 pode ser visualizada a evolução da produção de açúcar nas quatro fábricas de açúcar, nomeadamente, Marromeu, Mafambisse, Maragra e Xinavane.

Gráfico nº9: Evolução da Produção de Açúcar por fábrica, 1998 a 2005



Fonte: Balanço do PES 2001, 2002, 2003, 2004,, 2005.

A fábrica de Maragra começou a produzir no ano de 1999 com uma produção de 6.209 tons e em 2005 chegou a atingir 74.553 tons, que é o nível mais elevado de produção registada pelas quatro fábricas. Os níveis de produção registados por açucareira perfazem um crescimento da produção agregada de açúcar de 38.555 tons registado no ano de 1998, para 265.478 tons produzida no ano de 2005.

5.2. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS¹² DE AÇÚCAR

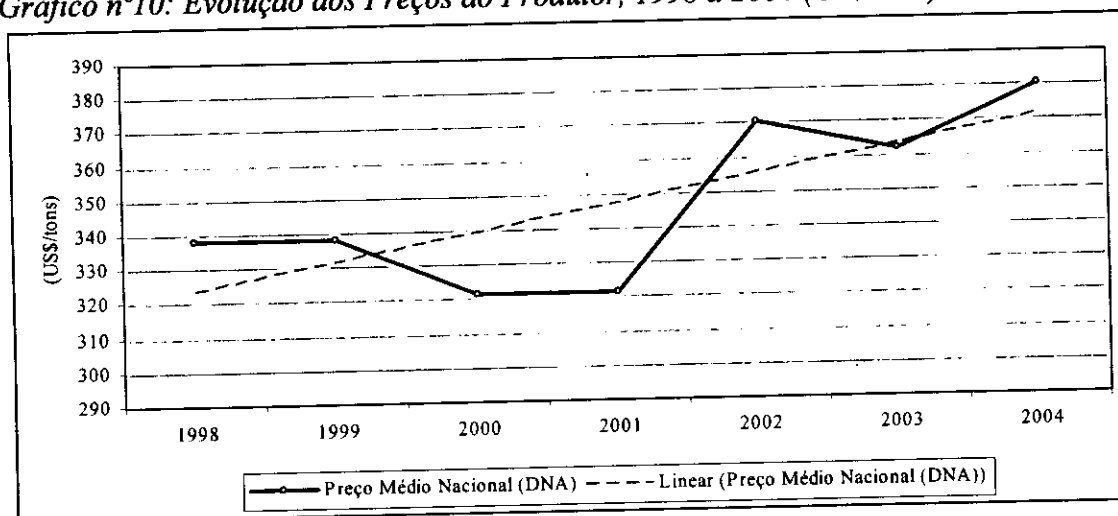
Os preços de açúcar diferem no sector açucareiro moçambicano. Existem dois tipos de preços: os preços ao produtor e os preços ao consumidor. Os preços ao produtor, por sua vez se subdividem em preços à porta da fábrica e os preços ao retalhista e armazenista.

¹² Preços nominais de açúcar.

5.2.1. Evolução dos Preços ao Produtor

O preço ao produtor é o preço dado a porta das fábricas: Marromeu, Mafambisse, Xinavane e Maragra. A Distribuidora nacional de açúcar (DNA)¹³ é encarregue da distribuição do açúcar das açucareiras ao longo do país. O preço mais baixo registado no período de 1998 a 2004 pela DNA foi de 321 US\$/tons, no ano 2000 e o mais elevado foi de 380 US\$/tons no ano de 2004. O gráfico nº10 apresenta a evolução dos preços ao produtor de acordo com os dados da DNA no período de 1998 a 2004.

Gráfico nº10: Evolução dos Preços ao Produtor, 1998 a 2004 (US\$/tons)



Fonte: Base de dados da DNA, fornecida pelo INA, 2006.

A análise ao gráfico acima permite-nos concluir que o preço médio ao produtor de açúcar moçambicano tendeu a subir (embora tenha oscilado ao longo dos anos). Tal subida é demarcada pela linearização da função do preço de açúcar que se apresenta com uma tendência crescente.

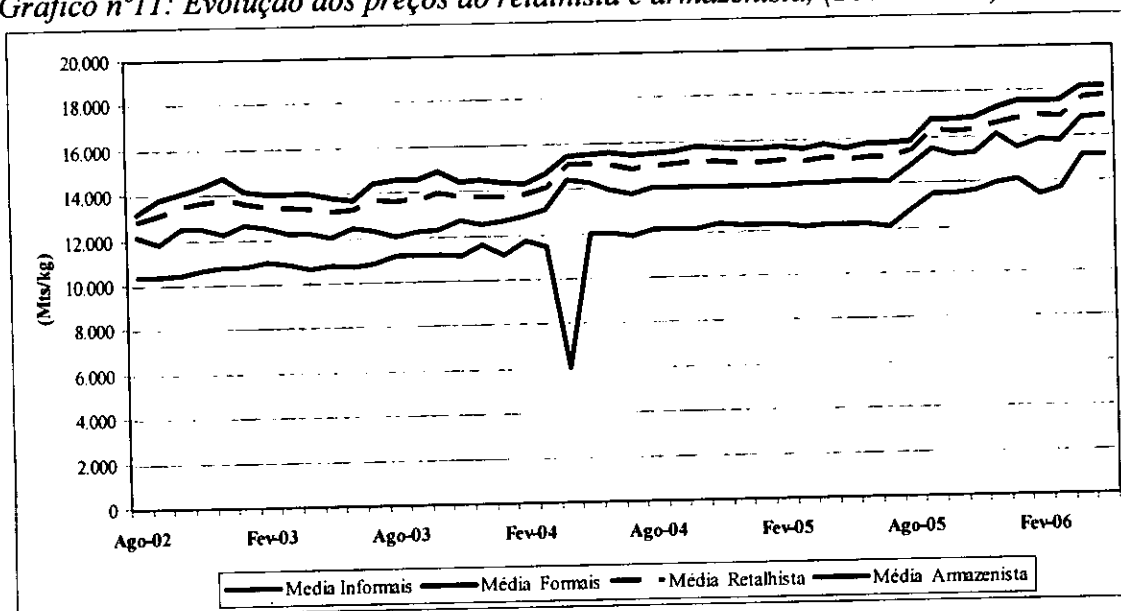
5.2.2. Evolução dos Preços ao Retalhista e Armazenista

O preço ao retalhista é o preço praticado pelos revendedores. O preço ao retalhista encontra-se subdividido em retalhista formal e informal. Por outro lado existe o preço dos armazenistas.

¹³ A DNA começou a operar formalmente em Moçambique a partir de 13 de Agosto de 2003. Antes desta data, a DNA operava informalmente. A partir de 2003 começou a ter um orçamento independente e a ser o distribuidor oficial das açucareiras ao longo do país. A DNA compra todo o açúcar das açucareiras do país por via de crédito bancário e executa as vendas a nível nacional e internacional. As receitas resultantes das vendas do açúcar servem para o pagamento do crédito bancário e distribuição dos lucros pelas açucareiras de acordo com a percentagem vendida. A DNA é também encarregue pelas importações de açúcar em falta no mercado doméstico bem como pela exportação do excedente de açúcar no mercado internacional por via de opções de compra e futuros (Filipe Raposo, DNA, 20/06/06).

O gráfico nº11 apresenta a média dos preços nos mercados informais (Malanga, Fajardo, Xiquelene e Componde) e a média dos preços nos mercados formais (Mercado Central, lojas, e supermercados: Shoprite, Luz, Vosso e LM). Seguidamente apresenta a média dos mercados retalhistas formais e informais e finalmente a média dos armazenistas (Africon e Delta).

Gráfico nº11: Evolução dos preços ao retalhista e armazenista, (2002 a 2006)



Fonte: Base de dados do INA, 2006.

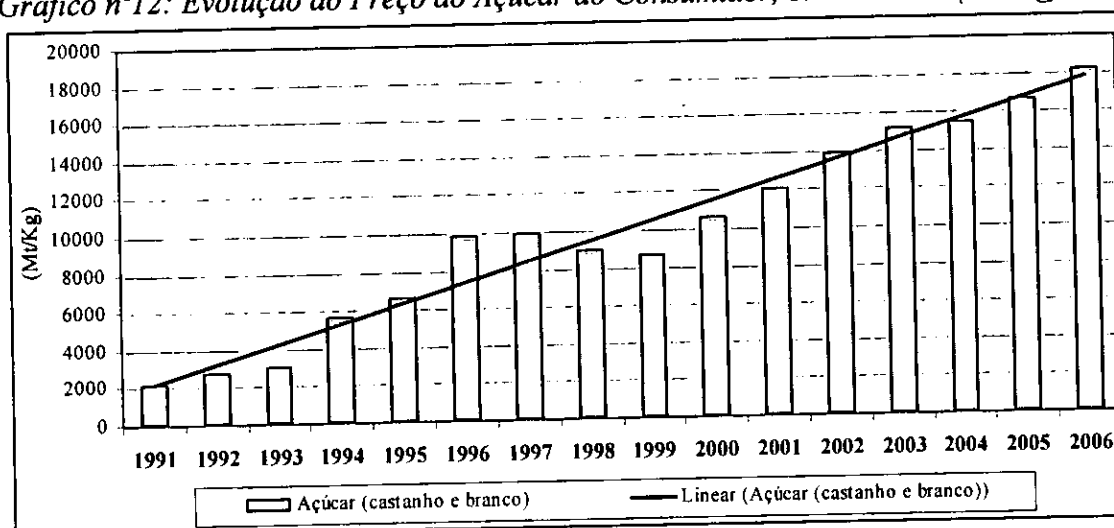
A análise ao gráfico acima, leva-nos a concluir que os preços mais elevados praticados verificam-se nos mercados formais, seguido dos mercados informais e os mais baixos são praticados pelos armazenistas.

5.2.3. Evolução dos Preços ao Consumidor

Os preços ao consumidor baseiam-se no cálculo da média do preço do açúcar praticado em cada província por ano¹⁴. Em termos de tendência de crescimento apresentada no gráfico nº12, pode-se concluir que o preço teve tendência a crescer, no período de 1991 a 1997. No período de 1997 a 1998 o preço de açúcar tendeu a cair. Desde então o preço apresenta uma tendência de crescimento ascendente. Significa que dos 2000 Mts/kg verificado no ano de 1991, o preço chegou a atingir em Abril de 2006 um preço de cerca de 18.000 Mts/kg.

¹⁴ Base de dados composta por 5220 observações de preços ao consumidor dos distritos e cidades de todo Moçambique fornecidos pelo SIMA.

Gráfico nº12: Evolução do Preço do Açúcar ao Consumidor, 1991 a 2006 (Mts/kg)

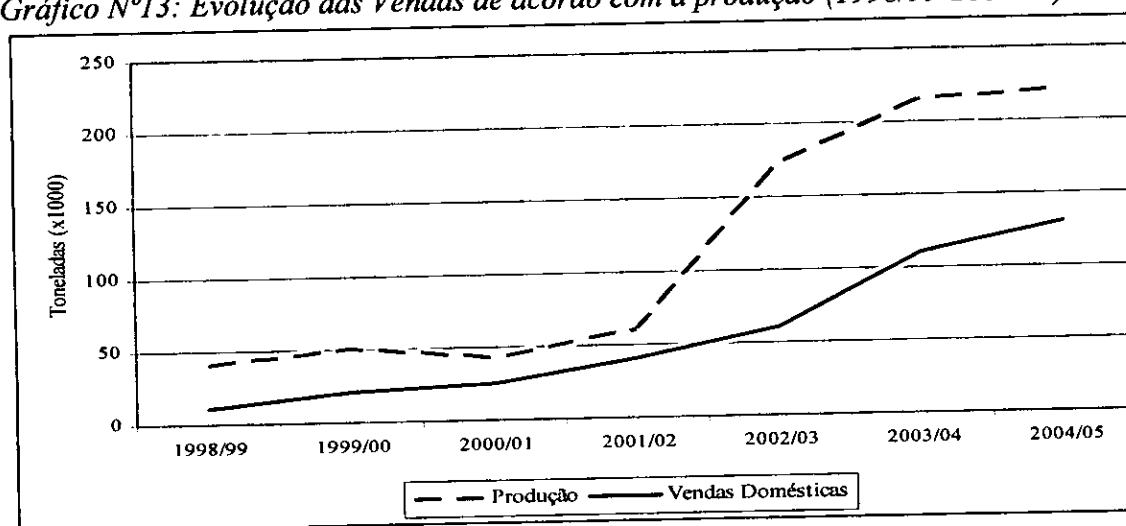


Fonte: Base de dados do SIMA, 2006.

5.3. EVOLUÇÃO DAS VENDAS DOMÉSTICAS DE AÇÚCAR

A procura pelo açúcar nacional aumentou e fez com que as vendas domésticas do açúcar nacional também aumentassem de cerca de 10.000 toneladas, em 1998/99 para cerca de 130.000 tons no ano de 2004/05 (ver gráf. nº13).

Gráfico Nº13: Evolução das Vendas de acordo com a produção (1998/99-2004/05).



Fonte: LMC Internacional, 2004

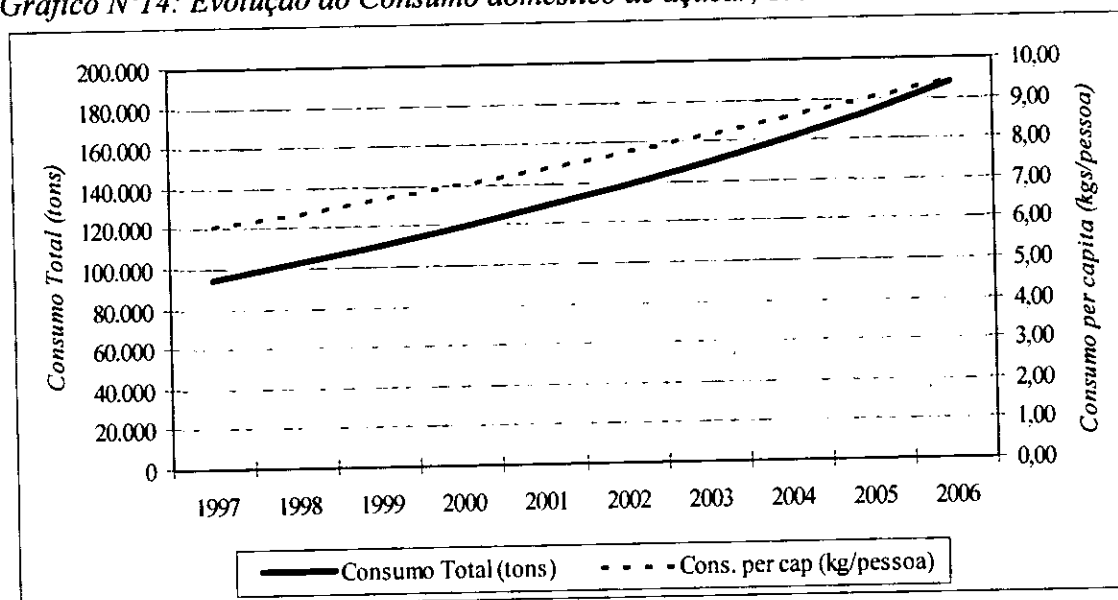
Outros factores igualmente justificam o crescimento das vendas domésticas (PES 2001 a 2005), nomeadamente: (i) o grande empenho das Alfândegas na luta contra o contrabando; (ii) a isenção do IVA nas vendas de açúcar; (iii) a extinção do Regime

especial que beneficiava os consumidores industriais¹⁵; (iv) redução das importações de açúcar dos consumidores industriais devido ao fim do regime especial que permitia aos principais consumidores industriais importarem açúcar refinado sem o pagamento da sobretaxa e o acordo alcançado entre os consumidores industriais e a DNA com o qual os primeiros passariam a beneficiar de preços de açúcar nacional descontados; (v) a melhor distribuição e comercialização de açúcar pela DNA.

5.4. EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE AÇÚCAR

O Consumo Doméstico, estimado e apresentado no gráfico nº14, é relativo as vendas domésticas (resultantes da produção doméstica) e importações oficiais e não inclui as importações não oficiais, ou contrabandeadas, de açúcar.

Gráfico Nº14: Evolução do Consumo doméstico de açúcar, 1996/97-2004/05



Fonte: DNA, 2006.

Parte do açúcar consumido em Moçambique é fruto de importações ilegais. Cálculos efectuados pelo INA¹⁶ estimam uma redução do contrabando de cerca de 100 000 tons efectuadas no ano 2000 para cerca de 10 000 tons, em 2005 (INA, PES, 2005).

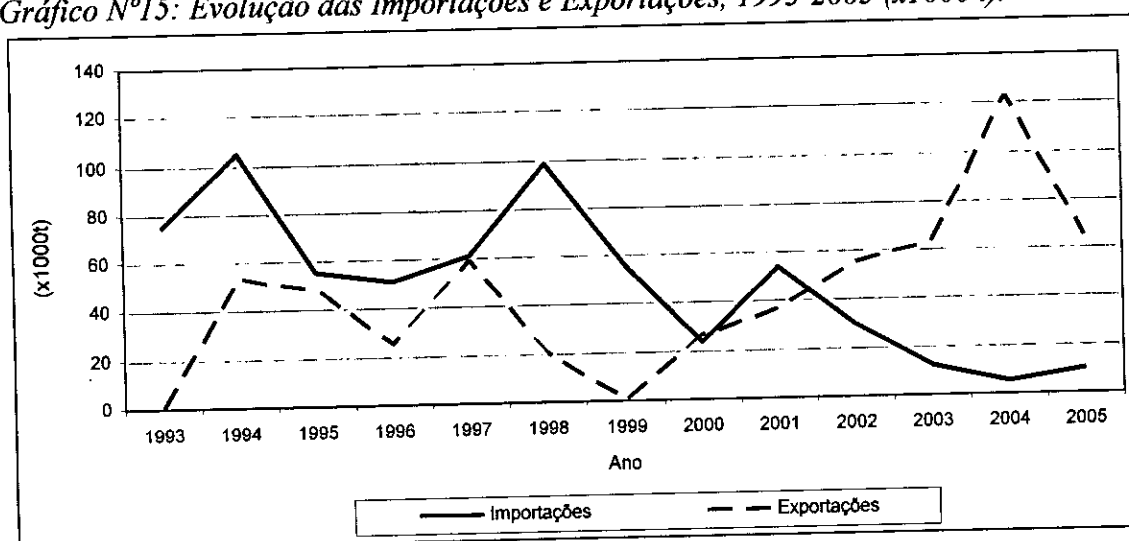
¹⁵ Consumidores Industriais são os maiores compradores do açúcar nacional, que compram o açúcar em grandes quantidades para produção industrial nomeadamente, a Coca - Cola; as Cervejas de Moçambique (CDM), a Protal e a Kawena (empresa que contrata mineiros para trabalhar na África do Sul).

¹⁶ O INA efectua o seguinte cálculo para estimar as importações ilegais: (1) Consumo Real (Anual) = Vendas Anuais + Importações Legais; (2) Défice = Importações Ilegais = Consumo Anual Estimado - Consumo Anual.

5.5. EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

As importações têm decrescido como resultado das medidas de política (privatizações, sobretaxa à importação de açúcar e isenção do IVA) que vem sido implementadas (ver gráf. nº15). As oscilações para cima, resultam do aumento das importações causadas pelas calamidades naturais (como secas, cheias, pragas, particularmente a praga *Chilo Sacharifagus*), que fazem com que produção doméstica de açúcar caia e consequentemente, a DNA, para fazer face ao consumo de açúcar doméstico, aumenta o volume de importações.

Gráfico Nº15: Evolução das Importações e Exportações, 1993-2005 (x1000 t).



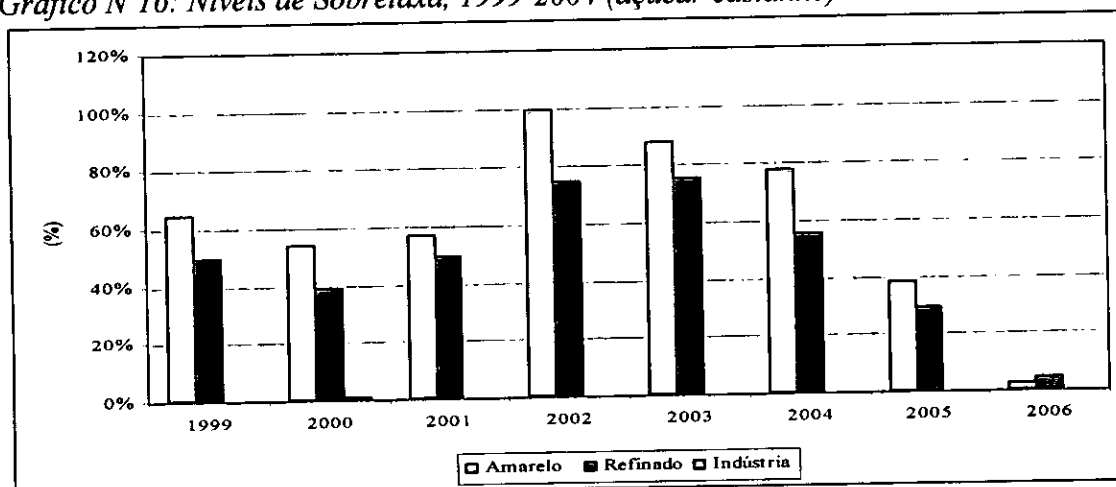
Fonte: UNCTAD, 2005, Balanço do PES 2001,2002,2003,2004,2005.

As exportações têm tendido a crescer de cerca de 53.000 tons registado em 1994 para 122.000 tons efectuadas em 2004. O Aumento das exportações é também resultado das medidas de política implementadas pelo GoM: (i) as privatizações das fábricas fizeram com que estas operassem de forma mais eficiente e maximizassem a sua produção; (ii) a política de tarifas e sobretaxa à importação de açúcar fez com que se reduzisse a concorrência do açúcar estrangeiro pois o preço deste açúcar passou a estar quase ao mesmo nível do açúcar moçambicano (na venda ao consumidor no mercado moçambicano); (iii) a política da isenção do IVA contribuiu para a redução dos custos em termos de obrigações fiscais que as fabricas tinham de efectuar.

5.6. EVOLUÇÃO DA SOBRETAXA SOBRE IMPORTAÇÕES DO AÇÚCAR

A sobretaxa começou a ser cobrada no ano de 1999 a um nível de 65% e desde o ano 2002 em diante tendeu a reduzir (ver gráf. Nº16).

Gráfico Nº16: Níveis de Sobretaxa, 1999-2004 (açúcar castanho)



Fonte: INA, 2006.

5.7. SÍNTESE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS DE REESTRUTURAÇÃO AO SECTOR AÇUCAREIRO

O resultado esperado pela teoria económica vai de acordo com os resultados encontrados na análise do impacto das políticas de reestruturação implementadas ao sector açucareiro. Portanto, esperava-se que a política de reestruturação surtisse dois tipos de efeitos, nomeadamente:

- (i) Negativos: aumento do preço nominal do açúcar moçambicano. A análise da tendência de evolução dos preços de açúcar apresentada no ponto 5.2. mostra que os preços tanto ao produtor, como ao retalhista, armazenista e ao consumidor, apresentam uma tendência de crescimento ascendente o que implica maiores custos para os consumidores na compra do açúcar.
- (ii) Positivos: aumento da produção doméstica de açúcar, consumo, vendas, exportações e redução das importações. Conforme a análise feita nos pontos 5.1, 5.3, 5.4 e 5.5, pode-se constatar que a produção de açúcar aumentou resultante das políticas implementadas no sector; o consumo de açúcar tanto doméstico como importado aumentou como resultado do aumento da população e aumento do consumo *percapita*; as vendas aumentaram como resultado do aumento da produção, do consumo e da melhor distribuição do açúcar pelo território moçambicano; as exportações aumentaram resultantes do aumento da produção e consequente aumento do excedente de produção e finalmente, as importações diminuíram como

resultado do aumento da produção doméstica de açúcar. Estas melhorias conduziram também ao aumento do emprego e aumento das receitas no sector açucareiro.

Assim, pode-se concluir que a política de reestruturação ao sector açucareiro moçambicano teve consequências positivas sobre o nível de produção, vendas, consumo, importações, exportações, receitas e emprego. Contudo este efeito positivo teve um custo no excedente do consumidor devido ao aumento dos preços de açúcar.

Foi notório ao longo de todo o território moçambicano o aumento dos preços do açúcar. Contudo, é importante analisar se as variações de preços ocorridas nas diferentes zonas do país estão correlacionadas, isto é, se as variações de preços ocorridas em uma determinada zona de Moçambique (como resultado da política de preços implementada) contribuíram para a variação de preços em outras zonas do país.

O capítulo seguinte irá fazer a análise de correlação dos preços de açúcar nas diferentes zonas de Moçambique (norte, centro e sul). Se os preços estiverem bastante correlacionados (coeficiente de correlação acima de 50%) poderemos concluir que o impacto da política de reestruturação apresentado no capítulo V. bem com o impacto da cobrança das tarifas, sobretaxa e Iva (que será apresentado no capítulo VII) será válido para todo o território moçambicano e não apenas para a zona sul (onde se encontra a cidade capital, são tomadas as medidas de política e onde foi recolhida a informação).

CAPITULO VI

ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE OS PREÇOS DO NORTE, CENTRO E SUL DE MOÇAMBIQUE

O presente capítulo pretende fazer uma análise da correlação existente entre os preços de açúcar nas zonas norte, centro e sul do país. Mais especificamente, propõe-se a analisar a intensidade ou o grau de associação linear existente entre os preços de açúcar das diferentes zonas do país.

O objectivo do estudo da correlação entre os preços de açúcar das zonas norte, centro e sul de Moçambique é analisar se as variações nos preços de açúcar ocorridas numa determinada zona de Moçambique (causada pelas políticas aduaneiras implementadas) influenciaram na variação dos preços de açúcar noutras zonas do país. A tabela nº9 apresenta a média dos preços nominais ao consumidor de açúcar da zona Norte, Centro e Sul do país.

Tabela nº9: Preços Médios de Açúcar, norte, centro, sul de Moçambique, 1991- 2006

Ano	Preço Norte Mts/tons (média)	Preço Centro Mts/tons (média)	Preço Sul Mts/tons (média)	Média Global Mts/tons
1991	2453000	1857000	1118000	2105000
1992	3093000	2554000	1768000	2714000
1993	3571000	2804000	2668000	3039000
1994	6605000	5045000	5052000	5658000
1995	7991000	6198000	5866000	6700000
1996	12783000	8203000	9070000	10062000
1997	12987000	8480000	8504000	10171000
1998	11019000	7348000	8124000	8983000
1999	10450000	7402000	7756000	8648000
2000	12449000	9044000	9557000	10550000
2001	14160000	11006000	10671000	12036000
2002	18606000	12039000	13166000	13916000
2003	19892000	12267000	15613000	15148000
2004	19038000	13374000	15948000	15485000
2005	19712000	14541000	16795000	16629000
2006	20051000	16639000	18733000	18115000

Fonte: Base de dados do SIMA, 2006

O cálculo da média dos preços das diferentes zonas do país foi feito por via de uma média aritmética dos preços de açúcar mensais de cada ano de todos os distritos e

idades de cada zona do país¹⁷, no período de 1991 a 2006, com base em 5220 observações de preços concedidas pelo SIMA, 2006.

A tabela nº10 apresenta a correlação existente entre os preços de açúcar das zonas norte, centro e sul de Moçambique.

Tabela nº10: Correlação entre os preços nominais de açúcar nas zonas norte, centro e sul de Moçambique (1995-2006)

(obs=16)	Pnorte	Pcentro	Psul
Pnorte	1.0000		
Pcentro	0.9759	1.0000	
Psul	0.9827	0.9911	1.0000

Fonte: Cálculos do autor usando o pacote estatístico Stata 9.0

A tabela nº10 mostra que o coeficiente de correlação entre (i) os preços da zona norte de Moçambique e os preços da zona centro é de 0,9759, (ii) os preços da zona norte e os da zona sul é de 0,9827 e, (iii) os preços da zona sul e os da zona centro é de 0,9911. Estes coeficientes mostram que os preços encontram-se altamente correlacionados ou associados entre si e que as variações ocorridas nos preços, por exemplo, da zona centro encontra-se altamente correlacionada as variações de preços ocorrida na zona sul¹⁸.

A conclusão que se pode tirar do capítulo é que os preços a norte, centro e sul de Moçambique, encontram-se bastante correlacionados (97%; 98% e 99%), o que significa que os preços numa determinada zona do país variam em função da variação dos preços de outras zonas de Moçambique. Portanto, pode-se assim concluir que análise do impacto das políticas implementadas a nível do sector açucareiro é válida para todo o território Moçambicano.

Segue-se agora a análise do impacto que a cobrança das taxas (sobretaxa, tarifa e Iva) tiveram sobre o bem-estar da sociedade (consumidores, produtores e estado).

¹⁷ O cálculo da média de preço de açúcar por zonas norte, centro e sul de Moçambique seguiu a seguinte metodologia: (i) foram agrupados as 5220 observações de preços de açúcar por distritos e cidades de Moçambique através da mesma codificação de zona a que pertencem; (ii) seguidamente foram calculadas médias aritméticas anuais para cada zona do país.

¹⁸ Como suporte ao teste de correlação foi testada a existência de autocorrelação entre os resíduos das variáveis preço do norte, centro e sul. O teste usado foi o d de Durbin Watson e foi feito através da regressão de duas funções de preços (i) teste de autocorrelação entre os preços de açúcar do centro e o sul: o resultado obtido foi $d=1,530539$ ($R^2 = 0,986056$), inferior a estatística 4- d da regra de decisão (2,63) e que significava não existiam evidências para rejeitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação; (ii) teste de autocorrelação entre os preços de açúcar a norte e o sul de Moçambique: o resultado foi $d=1,049935$ ($R^2 = 0,982474$), inferior ao d inferior da regra de decisão (1,106), logo rejeita-se a hipótese nula de não autocorrelação. O nível de significância usado foi de 5%.

CAPITULO VII

IMPACTO DA COBRANÇA DA TARIFA, SOBRETAXA E IVA À IMPORTAÇÃO DO AÇÚCAR, SOBRE O BEM-ESTAR ECONÓMICO

De acordo com a teoria exposta nos capítulos anteriores, depara-se que a importação do açúcar sofre a cobrança da sobretaxa, tarifa e IVA. O presente capítulo pretende fazer um estudo de caso sobre o impacto que a cobrança da sobretaxa, tarifa e IVA tem sobre o bem-estar da sociedade moçambicana. O objectivo deste estudo é analisar se as políticas comerciais implementadas pelo GoM, no âmbito da reforma ao sector açucareiro, contribuíram positivamente ou não para o bem-estar social.

De salientar que o estudo será feito apenas no âmbito dos ganhos e perdas para a sociedade decorrentes da cobrança de uma taxa aduaneira. Mas, no entanto, não se deixa de admitir a existência de outros factores (igualmente importantes) que ajudariam a medir o impacto das medidas usadas na reforma do sector açucareiro (como por exemplo, o aumento do emprego nas zonas rurais, aumento do número de agricultores/produtores de cana-de-açúcar individuais que fornecem cana-de-açúcar às indústrias açucareiras, a criação de pequenas fabricas ou empresas prestadoras de serviços ou matérias-primas às açucareiras, entre outros benefícios).

A quantificação do impacto da cobrança da sobretaxa, tarifa e IVA, seguiu uma certa metodologia que se passa a apresentar a seguir.

7.1. METODOLOGIA

Para o estudo do impacto da cobrança da sobretaxa, tarifa e IVA sobre o bem-estar da sociedade, importa primeiramente definir o bem-estar e definir os requisitos necessários para a sua medição.

O bem-estar social corresponde a um ganho de toda a sociedade. No que diz respeito ao sector açucareiro, a sociedade é representada por todos os intervenientes do mercado açucareiro, isto é, os produtores de açúcar, os consumidores e o estado. O bem-estar se verificaria se na aplicação de uma taxa aduaneira, o efeito líquido final sobre o excedente do produtor, o excedente do consumidor e receitas do governo, gerasse um

valor positivo, isto é, se os ganhos, da cobrança das taxas sobre a sociedade, superassem as perdas.

A quantificação do bem-estar social resultante da cobrança de uma taxa aduaneira no mercado de açúcar, requer, em primeiro lugar:

- (i) A estimação da função de oferta de açúcar baseada na seguinte fórmula: $Q_t^o = \alpha_0 + \alpha_1 P_t + u_t$, sendo $\alpha_1 > 0$. A regressão foi estimada com base na linearização dos dados dos preços nominais ao consumidor e quantidades oferecidas utilizando o pacote estatístico STATA 9.0. O principal objectivo era o de encontrar a elasticidade-preço da oferta de açúcar (γ).
- (ii) A estimação da função de procura de açúcar baseada na seguinte fórmula: $Q_t^d = \beta_0 + \beta_1 P_t + u_t$, sendo $\beta_1 < 0$. A regressão foi estimada com base na linearização dos dados dos preços reais ao consumidor de açúcar e quantidades procuradas utilizando o pacote estatístico STATA 9.0 e tinha como principal objectivo encontrar a elasticidade-preço da procura de açúcar (η).

Em segundo lugar, com base nas elasticidade-preço de oferta e procura de açúcar, estimou-se a função inversa da procura e oferta de açúcar para cada ano com o objectivo de se encontrar a sua forma funcional (inclinação da função de oferta e procura em cada ano bem como os interceptos).

Em terceiro lugar, uma vez encontrados os valores de preços e quantidades de açúcar em cada ano, bem como a inclinação das funções de cada ano, encontrou-se os valores de preços e quantidades de equilíbrio após a remoção da taxa aduaneira. O objectivo do cálculo dos novos preços e quantidades sem as taxas é o de se poder encontrar os novos preços e quantidades que seriam praticados sem cobrança da taxa aduaneira e assim se poder quantificar o impacto da cobrança das taxas aduaneiras.

Em quarto e último lugar quantificou-se as áreas referentes aos ganhos/perdas do excedente do produtor, consumidor e estado e, finalmente, o efeito líquido correspondente ao bem-estar social resultante da aplicação de uma taxa aduaneira bem como o peso que este efeito tem no PIB de Moçambique.

7.2. ESTIMAÇÃO DA FUNÇÃO DE OFERTA DE AÇÚCAR

O objectivo da estimação da função de oferta de açúcar é o de encontrar a elasticidade-preço da oferta de açúcar (γ). Para a estimação da função de oferta de açúcar, foram consideradas como quantidades oferecidas, as quantidades produzidas de açúcar em todas as açucareiras do país em termos médios. O preço usado é o preço nominal médio (npreço) de mercado do país¹⁹ calculado tendo em conta a base de dados do Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas – SIMA (ver tab. nº11).

Tabela nº11: Quantidades Produzidas e Preços Nominais de Açúcar, 1991 a 2006.

Ano	Quantidades (tons)	NPreço (Mts/tons)
1991	24603	2105000
1992	13224	2714000
1993	15554	3039000
1994	19214	5658000
1995	28351	6700000
1996	29288	10062000
1997	25229	10171000
1998	38555	8983000
1999	50746	8648000
2000	39035	10550000
2001	67269	12036000
2002	172521	13916000
2003	212194	15148000
2004	205114	15485000
2005	261725	16629000
2006	271433	18115000

Fonte: LMC Internacional, 2004; SIMA, 2006; PES 2005.

Com base nos dados da tabela acima, estimou-se o sumário estatístico apresentado na tabela nº12.

Tabela nº12: Sumário Estatístico das quantidades produzidas e preços, 1991 a 2006.

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
quant	16	92128.44	95580.63	13224	271433
npreco	16	9997438	5050923	2105000	1.81e+07

Fonte: Cálculos do autor usando o pacote estatístico Stata 9.0

A tabela nº13 apresenta a regressão da função da oferta de açúcar.

¹⁹ O preço nominal médio de mercado foi calculado a partir de 5220 observações de preços de açúcar castanho e branco. O preço médio inclui tanto o açúcar branco como castanho nos principais mercados de Moçambique, no período de 1991 a 1992.

Tabela Nº13: Regressão da Função de Oferta de Açúcar (valores percentuais)

Source	SS	df	MS	Number of obs = 16		
Model	11.3893354	1	11.3893354	F(1, 14)	=	28.65
Residual	5.56592813	14	.397566295	Prob > F	=	0.0001
				R-squared	=	0.6717
				Adj R-squared	=	0.6483
Total	16.9552636	15	1.13035091	Root MSE	=	.63053

ln_quant	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ln_npreco	1.301681	.2431982	5.35	0.000	.7800733	1.82329
_cons	-9.857829	3.881624	-2.54	0.024	-18.18309	-1.532573

Durbin-Watson d-statistic(2, 16) = 0.5448034²⁰

Fonte: Cálculos do autor usando o pacote estatístico Stata 9.0

A função de oferta de açúcar expressa em termos de logaritmos se apresenta conforme se segue:

$$\ln(Q^o_t) = \alpha_0 + \alpha_1 \ln(P_t) + u_1 \quad (5)$$

$$\ln(Q^o_t) = -9,857829 + 1,301682 \cdot \ln(P)$$

$\begin{matrix} \text{ep} & (3,881624) & (0,2431982) \\ t & (-2,54) & (5,35) \end{matrix}$

Para testar a significância do coeficiente da elasticidade $\alpha_1 = 1,301682$, recorreu-se ao teste t com base nas seguintes hipóteses²¹:

$H_0: \alpha_1 \leq 0$, (elasticidade-preço da oferta menor que zero)

$H_1: \alpha_1 > 0$, (elasticidade-preço da oferta maior que zero)

Tratando-se de um teste unicaudal a direita, a regra de decisão é: rejeita-se a H_0 se $t > t_{\alpha, gl}$.

$$t_{\text{observado}} = 5,35$$

$$t_{1\%; 14} = 2,624 < 5,35$$

$$t_{5\%; 14} = 1,761 < 5,35$$

$$t_{10\%; 14} = 1,345 < 5,35$$

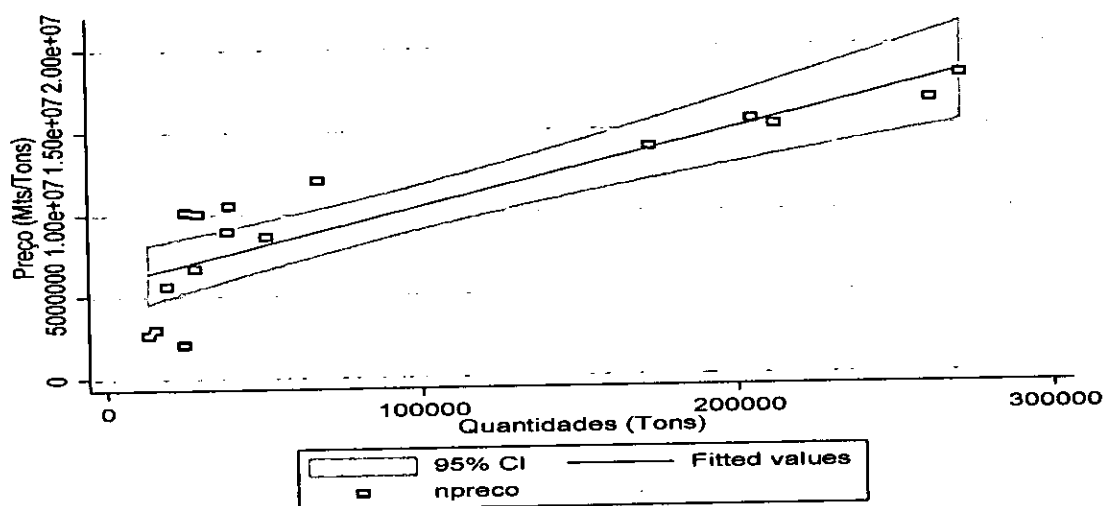
Como o t observado (5,35) é maior que todos os t críticos em todos os níveis de significância 1% (2,624), 5% (1,761) e 10% (1,345), rejeita-se a H_0 de que a função de oferta tem elasticidade menor que zero, conforme prevê a teoria económica.

²⁰ Com base no teste d de Durbin Watson, foi testada a existência de correlação serial entre as variáveis quantidade oferecida e preços nominais tendo como H_0 ausência de correlação e H_1 autocorrelação. Usando a tabela da estatística d , obteve-se: $d_1 = 1,106$ e $d_5 = 1,371$. Como a estatística d (0,5448034) é inferior a 0,982, então, rejeita-se a H_0 de não autocorrelação, logo, há indícios de autocorrelação serial positiva. Significa que as variações nos preços nominais de açúcar não são apenas explicadas pelas variações das quantidades produzidas. Existem outros factores que explicam essas variações e que não foram incluídas no modelo.

²¹ Gujarati, 2000:111-118.

A elasticidade da oferta de açúcar, de acordo com a função estimada é: $\gamma = 1,301682$. O gráfico nº17 mostra a função de oferta de açúcar:

Gráfico nº17: Função de Oferta de açúcar – $\ln(Q^o) = -9,857829 + 1,301682 \cdot \ln(P)$, período de 1991 a 2006



Fonte: Cálculos do autor usando o pacote estatístico Stata 9.0

Para estimar o efeito da remoção da sobretaxa, é preciso, primeiramente, com base na função de oferta ($Q^o_t = \alpha_0 + \alpha_1 P_t + u_t$), estimar a inversa desta com o objectivo de encontrar a sua forma funcional:

$$P^s = a_0 + a_1 q^s \quad (6)$$

Calculou-se a primeira derivada da função e se obteve a inclinação da função:

$$dP = a_1 dQ \quad (7)$$

$$dP/dQ = a_1 \quad (8)$$

Multiplicando ambos os lados da igualdade pelo rácio q_0/p_0 , encontrou-se a inversa da elasticidade-preço da oferta de açúcar ($\gamma = dP/dQ \cdot p_0/q_0 = 1,301682$):

$$dP/dQ \cdot q_0/p_0 = a_1 \cdot q_0/p_0 \quad (9)$$

$$1/\gamma = a_1 \cdot q_0/p_0 \quad (10)$$

Com base nos valores da inversa da elasticidade-preço da oferta de açúcar, encontrou-se assim a inclinação da função de oferta para cada ano, bem como o valor do intercepto:

$$a_1 = p_0/(q_0 \gamma) \quad (11)$$

$$a_0 = p_0 - a_1 \cdot q_0 = p_0 - [p_0/(q_0\gamma)] \cdot q_0 = p_0[(\gamma-1)/\gamma] \quad (12)$$

A tabela nº14 apresenta o cálculo da inclinação (a_1) e intercepto (a_0) da função de oferta de açúcar para cada ano (1999 a 2006).

Tabela nº14: Função de Oferta de Açúcar, 1999 a 2006 (Milhões de Mts/tons).

Ano	$P_0 = p \cdot (1+t)$ (milhões de Mts)	q_0 (tons)	γ	a_1	a_0
1999	8,648	50746	1,302	0,00013	2,004
2000	10,550	39035	1,302	0,00021	2,445
2001	12,036	67269	1,302	0,00014	2,790
2002	13,916	172521	1,302	0,00006	3,225
2003	15,148	212194	1,302	0,00005	3,511
2004	15,485	205114	1,302	0,00006	3,589
2005	16,629	261725	1,302	0,00005	3,854
2006	18,115	271433	1,302	0,00005	4,198

Fonte: Base de dados do SIMA e INA, 2006.

7.3. ESTIMAÇÃO DA FUNÇÃO DE PROCURA DE AÇÚCAR

O objectivo da estimação da função de procura de açúcar é o de encontrar a elasticidade-preço de demanda de açúcar (η).

Para a estimação da função de procura de açúcar, foram consideradas como quantidades procuradas, as quantidades consumidas de açúcar que é quantificado por via das vendas de açúcar disponibilizadas pela DNA e INA. O preço usado é o preço real²² médio de mercado usando o IPC como deflector dos preços nominais²³ de açúcar com base na seguinte fórmula (Klemperer, 1996):

$$R_{\text{preço}} = \frac{N_{\text{preço}}}{\left(\frac{\text{IPC}}{100} \right)} \quad (13)$$

Onde: $R_{\text{preço}}$ = preço real;
 $N_{\text{preço}}$ = preço nominal;
 IPC = índice de preços ao consumidor.

²² Os preços reais são também conhecidos como preços constantes, relativos ou não inflacionados e dão-nos uma indicação do relativo poder de compra (Klemperer, 1996). Os preços reais são calculados a partir dos preços nominais usando o índice geral de preços como deflector (Mohr & Fourie, 1996).

²³ Os preços nominais são os preços pagos em diferentes períodos de tempo e que são afectados pela taxa de inflação (Mohr & Fourie, 1996). Estes preços são também designados por preços actuais, correntes ou inflacionados (Klemperer, 1996).

A tabela nº15 apresenta os preços reais de açúcar e as quantidades procuradas de açúcar no período de 1997 a 2005²⁴.

Tabela nº15: Quantidades Procuradas e Preços Reais de Açúcar, 1997 a 2005.

Ano	Quantidade Procurada (Tons)	IPC Dez (1998=100)	RPreços (milhões de Mts/tons)
1997	94440	101	10,070
1998	101882	100	8,983
1999	109910	106,2	8,143
2000	118571	118,4	8,910
2001	127914	144,3	8,341
2002	137994	157,5	8,836
2003	148868	179,2	8,453
2004	160599	195,5	7,921
2005	173254	222,8	7,464

Fonte: SIMA, 2006; INA, 2006; DNA, 2006; BM, 2005.

Com base na tabela acima, estimou-se o sumário estatístico apresentado na tabela nº16.

Tabela nº16: Sumário Estatístico das quantidades produzidas e preços, 1997 a 2005.

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
quantidade	9	130381.3	26971.1	94440	173254
rpreco	9	8.569	0.7499843	7.464	10.07

Fonte: Stata 9.0

A tabela nº17 apresenta a regressão da função da demanda de açúcar.

Tabela Nº17: Regressão da Função de Procura de Açúcar (valores Percentuais)

Source	SS	df	MS	Number of obs = 9		
Model	.220574125	1	.220574125	F(1, 7)	=	12.39
Residual	.124612805	7	.017801829	Prob > F	=	0.0097
Total	.34518693	8	.043148366	R-squared	=	0.6390
				Adj R-squared	=	0.5874
				Root MSE	=	.13342

ln_quant	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
ln_rpreco	-1.926555	.547314	-3.52	0.010	-3.220747	-.6323635
_cons	42.50757	8.735424	4.87	0.002	21.85158	63.16357

Durbin-Watson d-statistic(2, 9) = 1.100962²⁵

Fonte: Cálculos do autor usando o pacote estatístico Stata 9.0.

²⁴ O período de estudo considerado é reduzido pois as instituições que detinham informação sobre as quantidades vendidas de açúcar (DNA e INA) apenas possuíam para períodos recentes, nomeadamente o período de 1997 a 2006 devido a recente criação das instituições.

²⁵ Foi testada a existência de correlação serial entre as variáveis quantidade procuradas e preços nominais tendo como H_0 ausência de correlação e H_1 autocorrelação. Usando a tabela da estatística d, obteve-se: $d_1 = 0,629$ e $d_5 = 1,699$. Como a estatística d (1,100962) está entre d_1 e d_5 , então, há indício inconclusivo relativo à presença ou a ausência de correlação serial positiva de primeira ordem.

A função de demanda de açúcar expressa em termos logaritmos fica a seguinte:

$$\ln(Q^d_t) = \beta_0 + \beta_1 \ln(P_t) + u_t \quad (14)$$

$$\ln(Q^d_t) = 42,50757 - 1,926555 \ln(P)$$

ep	(8,735424)	(0,547314)
t	(4,87)	(-3,52)

Para testar a significância do coeficiente da elasticidade $\beta_1 = -1,926555$, recorreu-se ao teste t com base nas seguintes hipóteses²⁶:

$H_0: \beta_1 \geq 0$ (elasticidade-preço de procura maior que zero)

$H_1: \beta_1 < 0$ (elasticidade-preço de procura menor que zero)

Tratando-se de um teste unicaudal à esquerda, a regra de decisão é: rejeita-se a H_0 se $t < t_{\alpha, gl}$.

$$t_{\text{observado}} = -3,52$$

$$t_{1\%, 7} = -2,998 > -3,52$$

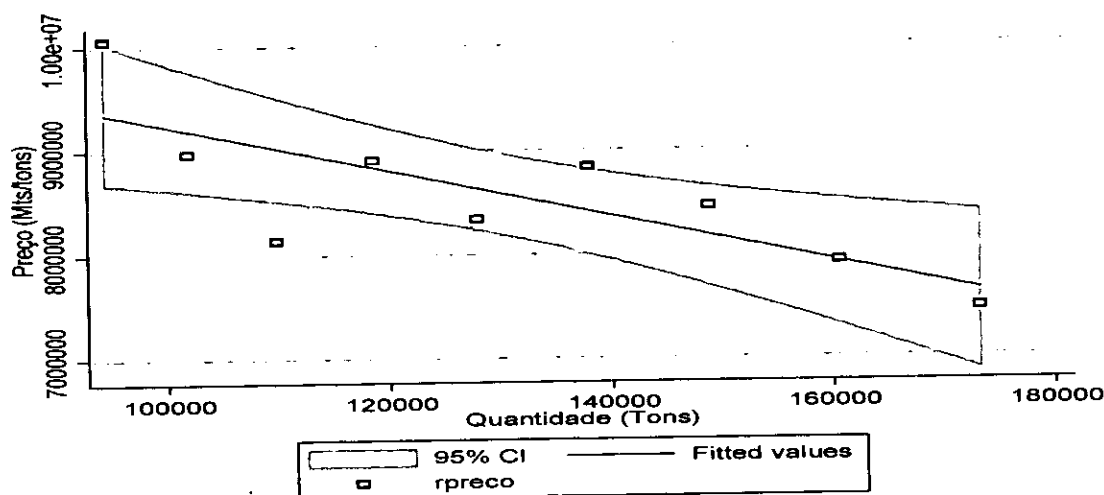
$$t_{5\%, 7} = -1,895 > -3,52$$

$$t_{10\%, 7} = -1,415 > -3,52$$

Como o t observado (-3,52) é menor que todos os t críticos em todos os níveis de significância 1% (-2,998), 5% (-1,895) e 10% (-1,415), rejeita-se a H_0 de que a função de oferta tem elasticidade maior que zero. Logo, aceita-se a H_1 alternativa de que a elasticidade de demanda é menor que zero, conforme prevê a teoria económica.

A elasticidade da demanda de açúcar, de acordo com a função estimada é: $\eta = -1,926555$. O gráfico nº18 apresenta a função de procura de açúcar.

Gráfico nº18: Função de Procura de Açúcar – $\ln(Q^d_t) = 42,50757 - 1,926555 \ln(P)$, período de 1997 a 2006



Fonte: Cálculos do autor usando o pacote estatístico Stata 9.0

²⁶ Gujarati, 2000:111-118.

Com base na função de procura de açúcar ($Q^d_i = \beta_0 + \beta_1 P_i + u_i$) foi estimada a função inversa com o objectivo de encontrar a sua forma funcional usando o mesmo método utilizado na estimação da função de oferta, conforme é apresentado à seguir:

$$P^d = b_0 + b_1 q^d \quad (15)$$

$$dP = b_1 dQ \quad (16)$$

$$dP/dQ = b_1 \quad (17)$$

$$dP/dQ \cdot q_0/p_0 = b_1 \cdot q_0/p_0 \rightarrow \eta = dP/dQ \cdot p_0/q_0 = -1,927 \quad (18)$$

$$1/\eta = b_1 \cdot q_0/p_0 \quad (19)$$

$$b_1 = p_0/(q_0 \eta) \quad (20)$$

$$b_0 = p_0 - b_1 \cdot q_0 = p_0[(\eta-1)/\eta] \quad (21)$$

A tabela nº18 apresenta o cálculo do intercepto e inclinação da função de preço e quantidades procuradas de açúcar para os anos de 1999 a 2006.

Tabela nº18: Função de Procura de Açúcar, período de 1999 a 2006 (Mts/tons).

Ano	p^d_0 (milhões de Mts)	q^d_0 (tons)	η	b_1	b_0
1999	8,648	109910	-1,927	-0,00004	13,137
2000	10,55	118571	-1,927	-0,00005	16,026
2001	12,036	127914	-1,927	-0,00005	18,283
2002	13,916	137994	-1,927	-0,00005	21,139
2003	15,148	148868	-1,927	-0,00005	23,011
2004	15,485	160599	-1,927	-0,00005	23,523
2005	16,629	173254	-1,927	-0,00005	25,260
2006	18,115	186907	-1,927	-0,00005	27,518

Fonte: Base de dados do SIMA e INA, 2006.

Uma vez encontradas as elasticidades-preço da oferta e da procura de açúcar, bem como a inclinação e intercepto da função de preços e quantidades oferecidas e procuradas, já se possui todos os dados necessários para se estimar o impacto da introdução da cobrança da sobretaxa, tarifa e IVA.

7.4. IMPACTO DA COBRANÇA DA SOBRETAXA, TARIFA E IVA SOBRE O BEM-ESTAR ECONÓMICO

Moçambique encontra-se numa situação em que já está em curso a cobrança da sobretaxa e tarifa a importação do açúcar. Portanto, encontramos-nos no ponto onde o preço é $P^*_0 = p(1+t)$, com as quantidades oferecidas e procuradas q^s_0 e q^d_0 (ver gráf. 19).

7.4.1. Cenário 1: Impacto da Cobrança da Sobretaxa

Para quantificar o impacto sobre o bem-estar da cobrança da sobretaxa, torna-se necessário encontrar quais seriam as quantidades oferecidas e procuradas sem a cobrança da sobretaxa.

A remoção da sobretaxa iria colocar o preço no ponto onde o preço é $P_1 = P^*_0/(1+t)$, com quantidades oferecidas e procuradas q^s_1 e q^d_1 . Para o cálculo do novo preço sem sobretaxa, dividiu-se o preço inicial pela sobretaxa e assim estimou-se um preço isento de sobretaxa, bem como as novas quantidades oferecidas e procuradas.

$$p^*_1 = p_0/(1+t) \quad (22)$$

$$q^s_1 = (p_1 - a_0)/a_1 \quad (23)$$

$$q^d_1 = - (p_1 - b_0)/b_1 \quad (24)$$

Os novos preços (p^*_1) no período de 1999 a 2006 sem a cobrança da sobretaxa, bem como as novas quantidades (q^s_1 ; q^d_1) resultantes encontram-se expressas na tabela nº19.

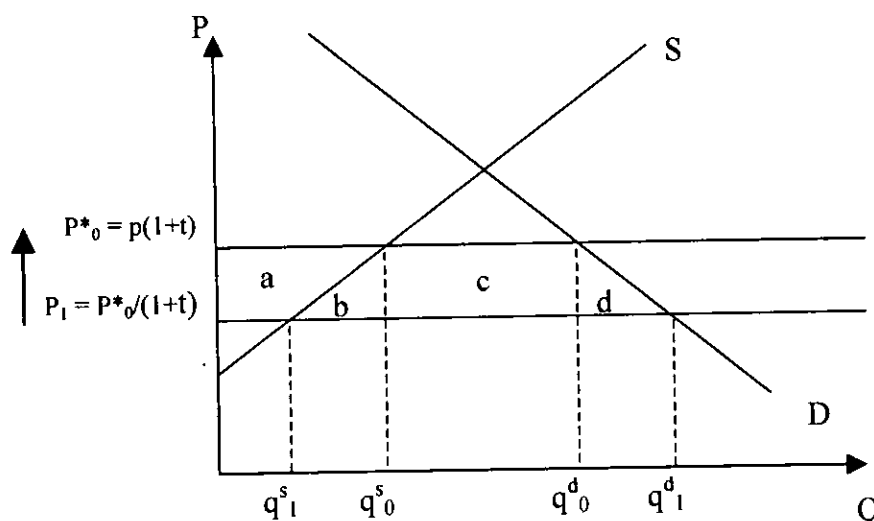
Tabela nº19: Preço e quantidades oferecidas e procuradas sem a cobrança da sobretaxa

Ano	sobretaxa (%)	$P^*_1 = p_0/(1+t)$ (milhões de Mts)	$q^s_1 = (p_1 - a_0)/a_1$ (tons)	$q^d_1 = - (p_1 - b_0)/b_1$ (tons)
1999	0,648	5,249	24785	193131
2000	0,539	6,856	21245	198551
2001	0,572	7,658	35420	217550
2002	0,993	6,984	60660	270420
2003	0,877	8,072	83166	282845
2004	0,778	8,708	88258	296017
2005	0,383	12,021	167319	265748
2006	0,027	17,644	262256	196260

Fonte: Níveis de sobretaxa tiradas da base de dados do INA, 2006

Uma vez calculadas os valores de preços e quantidades sem sobretaxa, o gráfico nº19 apresenta o cenário da cobrança da sobretaxa à importação do açúcar, onde o preço baixaria de $P^*_0 = p(1+t)$, para $P_1 = P^*_0/(1+t)$. Apresenta também as áreas referentes aos ganhos e perdas do excedente do produtor, consumidor e receitas do estado.

Gráfico nº19: Oferta e procura de açúcar: cenário com cobrança da sobretaxa



Em termos de efeito líquido teórico, a cobrança da sobretaxa fez com que os produtores ganhassem a área *a*, por outro lado, se verificou a redução do excedente dos consumidores representada pelas áreas *a*, *b*, *c*, *d* e o estado ganhou pelas receitas arrecadadas representada pela área *c*.

Uma vez encontrado o nível de preços e quantidades oferecidas e procuradas antes da cobrança da sobretaxa, passa-se agora a calcular em termos analíticos o impacto da cobrança da sobretaxa sobre o bem-estar social apresentado na tabela nº20.

Tabela nº20: Efeito Líquido da cobrança da sobretaxa sobre o bem-estar (Mil Milhões de Mts/tons)

Ano	ΔEP (excedente do produtor)	ΔEC (excedente do consumidor)	ΔRE (receita do governo)	Efeito Líquido (bem-estar)
1999	128	-515	201	-186
2000	111	-586	294	-181
2001	225	-756	265	-266
2002	808	-1416	-239	-847
2003	1045	-1527	-448	-931
2004	994	-1547	-302	-855
2005	989	-1011	-408	-431
2006	126	-90	-40	-4

Com a cobrança da sobretaxa o excedente dos produtores de açúcar aumentou. Por exemplo, no ano de 1999, o excedente do produtor aumentou em 128 mil milhões de meticaís.

Os consumidores registaram perdas do seu excedente com a cobrança da sobretaxa. No ano de 1999, por exemplo, os consumidores perderam 515 mil milhões de meticaís. As receitas do governo, devido a cobrança da sobretaxa, aumentaram. No ano de 1999, as receitas do governo aumentaram na ordem de 201 mil milhões de meticaís.

O efeito líquido sobre o bem-estar social é negativo pois, as perdas do excedente do consumidor superam os ganhos do excedente do produtor e as receitas do estado. Tomado como exemplo o ano de 1999, o efeito líquido sobre o bem-estar foi de -186 mil milhões de meticaís.

A tabela nº21 mostra o peso do efeito líquido da cobrança da sobretaxa no PIB de Moçambique.

Tabela nº21: Efeito Líquido da cobrança da sobretaxa como % do PIB (1999-2005)

Ano	Efeito Líquido 10 ⁹ Mts (perda do bem-estar)	PIB 10 ⁹ Mts (preços correntes)	Efeito Líquido como percentagem do PIB (%)
1999	186	51913	0,4
2000	181	58355	0,3
2001	266	76545	0,3
2002	847	96883	0,9
2003	931	113903	0,8
2004	855	133510	0,6
2005	431	157345	0,3

Fonte: Dados do PIB consultados no site do INE, 2005²⁷

A perda do bem-estar da sociedade moçambicana resultante da cobrança da sobretaxa, tomando como exemplo o ano de 1999, corresponde a 0,4% do PIB de Moçambique. Significa que 0,4% do aumento do PIB de Moçambique foi a custa da redução do bem-estar da sociedade moçambicana, mais precisamente, a custa da redução do excedente do consumidor de açúcar em Moçambique.

²⁷ www.ine.gov.mz

7.4.2. Cenário 2: Impacto da Cobrança da Tarifa e Sobretaxa

Supondo que se pretendesse calcular o impacto da cobrança da tarifa para além da sobretaxa, o preço de açúcar sem a cobrança da tarifa e sobretaxa estaria no ponto $P_2 = P^*_0/(1+t)$, com quantidades oferecidas e procuradas q^s_2 e q^d_2 . Neste cenário, a taxa t representa a soma da tarifa mais a sobretaxa.

Para dimensionar os ganhos/perdas, do excedente do produtor, consumidor e receitas do estado, resultantes da cobrança da tarifa e sobretaxa, passou-se pelo cálculo dos novos preços e quantidades oferecidas e procuradas de açúcar.

$$p^*_2 = p_0/(1+t) \quad (25)$$

$$q^s_2 = (p_1 - a_0)/a_1 \quad (26)$$

$$q^d_2 = -(p_1 - b_0)/b_1 \quad (27)$$

Os valores de preços (p^*_2) no período de 1999 a 2006 sem a cobrança da sobretaxa, bem como as novas quantidades (q^s_2 ; q^d_2) resultantes, são conforme apresentadas na tabela nº22.

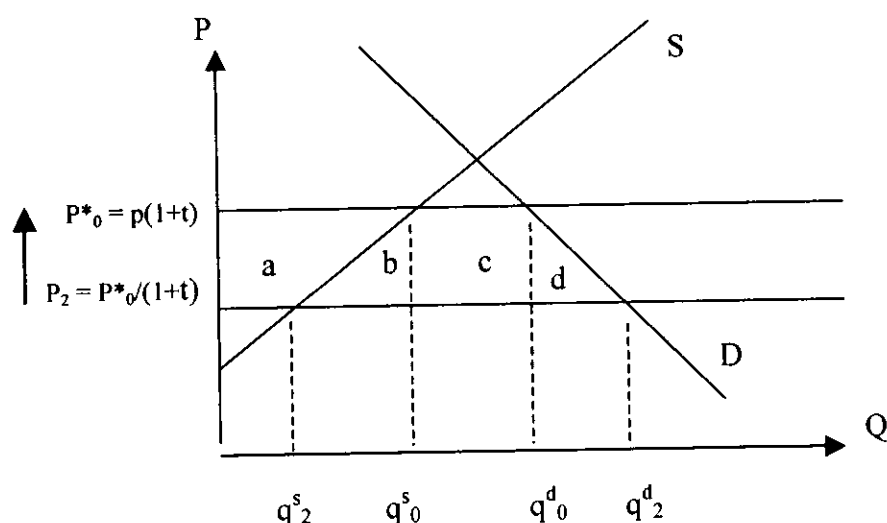
Tabela nº22: Preço e Quantidades oferecidas e procuradas sem a cobrança da tarifa e sobretaxa

Ano	Tarifa (%)	Sobretaxa (%)	$P^*_2 = p_0/(1+t)$ (Milhões de Mts)	$q^s_2 = (p_1 - a_0)/a_1$ (tons)	$q^d_2 = -(p_1 - b_0)/b_1$ (tons)
1999	0,075	0,648	5,021	23039	198727
2000	0,075	0,539	6,538	19710	205450
2001	0,075	0,572	7,309	32882	224691
2002	0,075	0,993	6,731	56571	275260
2003	0,075	0,877	7,762	77510	288718
2004	0,075	0,778	8,355	82182	303058
2005	0,075	0,383	11,403	154653	278157
2006	0,075	0,027	16,443	238827	220137

Fonte: Níveis de tarifa e sobretaxa baseadas nos dados do INA, 2006

O gráfico nº20 apresenta o cenário da remoção da sobretaxa e tarifa à importação do açúcar, onde o preço baixaria de $P^*_0 = p/(1+t)$, para $P_2 = P^*_0/(1+t)$. Apresenta também as áreas referentes aos ganhos e perdas do produtor, consumidor e estado.

Gráfico nº20: Oferta e procura de açúcar: cenário2 com cobrança da tarifa e sobretaxa



O efeito líquido sobre bem-estar social resultante da cobrança da sobretaxa e tarifa a importação do açúcar seria superior ao da cobrança apenas da sobretaxa. Em termos de valores, o efeito líquido da cobrança da sobretaxa seria o expresso na tabela nº23.

Tabela nº23: Efeito Líquido da cobrança da tarifa e sobretaxa sobre o bem-estar (Mil Milhões de Mts/tons)

Ano	ΔEP (excedente do produtor)	ΔEC (excedente do consumidor)	ΔRE (receita do governo)	Efeito Líquido (bem-estar)
1999	134	-982	507	-341
2000	118	-1076	605	-354
2001	237	-1453	722	-494
2002	823	-3304	1174	-1307
2003	1070	-3644	1144	-1430
2004	1024	-3545	1165	-1355
2005	1088	-2287	424	-775
2006	427	-450	-54	-77

Com a cobrança da tarifa mais a sobretaxa, o excedente do produtor aumentou. Tomando como exemplo o ano de 1999, o excedente do produtor aumentou na ordem de 134 mil milhões de meticais. Por outro lado, o excedente do consumidor reduziu devido a cobrança da tarifa e sobretaxa. Por exemplo, no ano de 1999, o excedente do consumidor reduziu em 982 mil milhões de meticais. O Estado, por sua vez, ganhou com a cobrança da tarifa e sobretaxa. No ano de 1999, o estado arrecadou 507 mil

milhões de meticaís. Contudo, o efeito líquido final sobre o bem-estar social foi negativo o que significa que as perdas do excedente do consumidor superaram os ganhos do excedente do produtor mais as receitas arrecadadas pelo estado. Para o ano de 1999, o efeito líquido foi de -341 mil milhões de meticaís.

A tabela nº24 mostra o peso do efeito líquido da cobrança da sobretaxa e tarifa no PIB de Moçambique.

Tabela nº24: Efeito Líquido da cobrança da sobretaxa e tarifa como % do PIB (1999-2005)

Ano	Efeito Líquido 10 ⁹ Mts (perda do bem-estar)	PIB 10 ⁹ Mts (preços correntes)	Efeito Líquido como percentagem do PIB (%)
1999	341	51913	0,7
2000	354	58355	0,6
2001	494	76545	0,6
2002	1307	96883	1,3
2003	1430	113903	1,3
2004	1355	133510	1,0
2005	775	157345	0,5

Fonte: Dados do PIB consultados no site do INE, 2005

A perda do bem-estar da sociedade moçambicana resultante da cobrança da tarifa e sobretaxa, tomando como exemplo o ano de 1999, corresponde a 0,7% do PIB de Moçambique. Nos anos de 2002 e 2003 a perda do bem-estar da sociedade moçambicana como percentagem do PIB atingiu 1,3% o que significa que 1,3% do aumento do PIB de Moçambique foi a custa da redução do excedente do consumidor de açúcar em Moçambique.

7.4.3. Cenário 3: Impacto da cobrança do IVA

O IVA começou a ser cobrado a partir do ano de 1999 e foi cobrado até ao ano de 2001. No ano de 2001 o GoM isentou a cobrança do IVA até a data de 31 de Dezembro do ano de 2006. Devido a esta razão o estudo do impacto da cobrança do IVA sobre o bem-estar será feito apenas para o período de 1999 a 2001.

Para este estudo foi considerado que a cobrança do IVA apenas se verificou nas importações de açúcar e não aos produtores nas açucareiras, logo, a curva de oferta de açúcar não se desloca.

Para se calcular os preços e quantidades num cenário sem cobrança do IVA foram usadas as seguintes fórmulas de cálculo, onde a taxa t considerada é a taxa de IVA:

$$P^*_3 = P_0 / (1+t) \quad (28)$$

$$q^s_3 = (p_1 - a_0) / a_1 \quad (29)$$

$$q^d_3 = - (p_1 - b_0) / b_1 \quad (30)$$

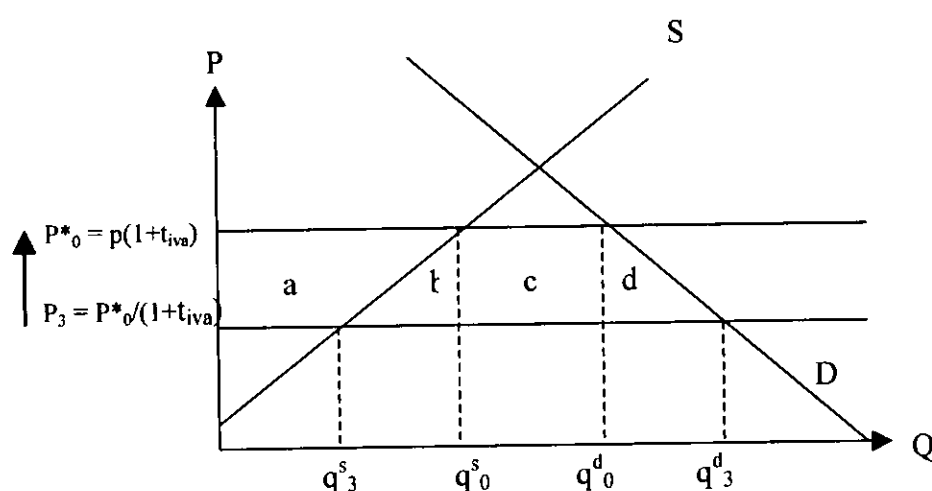
A tabela nº25 apresenta os novos preços e quantidades oferecidas e procuradas sem a cobrança do IVA no período de 1999 a 2001.

Tabela nº25: Preços e Quantidades após a remoção do IVA, 1999-2001.

Ano	Iva	$P^*_3 = P_0 / (1+t)$ (Milhões de Mts)	$q^s_3 = (p_1 - a_0) / a_1$ (tons)	$q^d_3 = - (p_1 - b_0) / b_1$ (tons)
1999	0,17	7,391	41148	140677
2000	0,17	9,017	31652	151762
2001	0,17	10,287	54546	163721

O gráfico nº21 apresenta o cenário antes e após a cobrança do IVA.

Gráfico nº21: Oferta e procura de açúcar: cenário3 com cobrança do IVA.



A tabela nº26 mostra o efeito líquido sobre o bem-estar social da cobrança do IVA no período de 1999 a 2001. A análise a tabela 26 leva-nos a concluir que a cobrança do

IVA teve um impacto positivo sobre o excedente do produtor. Tomando como exemplo o ano de 1999, o excedente do produtor aumentou em 58 mil milhões de meticaís.

Tabela nº26: Efeito Líquido da cobrança do IVA sobre o bem-estar, 1999 a 2001 (Mil Milhões de Mts/tons)

Ano	Δ EP (excedente do produtor)	Δ EC (excedente do consumidor)	Δ RE (receita do governo)	Efeito Líquido (bem-estar)
1999	58	-157	74	-25
2000	54	-207	122	-31
2001	107	-255	106	-42

No entanto, o excedente do consumidor diminuiu. No ano de 1999, o excedente do consumidor reduziu em 157 mil milhões de meticaís. As receitas do estado aumentaram devido a cobrança do IVA ao açúcar. No ano de 1999, as receitas do estado aumentaram em 74 mil milhões de meticaís. O efeito líquido sobre o bem-estar é negativo o que significa que a cobrança do IVA no período de 1999 a 2001 reduziu o bem-estar social. Por exemplo, no ano de 1999 o bem-estar social reduziu em 25 mil milhões de meticaís.

A tabela nº27 mostra o peso do efeito líquido da cobrança da sobretaxa e tarifa no PIB de Moçambique.

Tabela nº27: Efeito Líquido da cobrança do IVA como % do PIB (1999-2001)

Ano	Efeito Líquido 10 ⁹ Mts (perda do bem-estar)	PIB 10 ⁹ Mts (preços correntes)	Efeito Líquido como percentagem do PIB (%)
1999	25	51913	0,048%
2000	31	58355	0,053%
2001	42	76545	0,055%

Fonte: Dados do PIB consultados no site do INE, 2005

A perda do bem-estar da sociedade moçambicana resultante da cobrança do IVA, tomando como exemplo o ano de 1999, corresponde a 0,048% do PIB de Moçambique o que significa que 0,048% do PIB de Moçambique foi a custa da redução do excedente do consumidor de açúcar em Moçambique.

7.5. SÍNTESE DO IMPACTO DA INTRODUÇÃO DA POLÍTICA DE SOBRETAXA, SOBRETAXA & TARIFA E IVA À IMPORTAÇÃO DO AÇÚCAR.

A conclusão que se chega neste capítulo é que a cobrança tanto da sobretaxa ou da sobretaxa & tarifa como também a cobrança do IVA tem um impacto negativo em termos de efeito líquido sobre o bem-estar da sociedade, o que indica que os ganhos resultantes do aumento do excedente do produtor e receitas do estado, não superam as perdas do excedente dos consumidores.

Significa que os produtores de açúcar ganham com esta medida de política uma vez que os preços de açúcar importado (mais baixo relativamente ao preço de açúcar nacional), aumenta ao nível do preço de referência e consequentemente ao nível do preço do açúcar nacional. Como resultado, a produção de açúcar nacional aumenta estimulada pelo aumento do preço de açúcar no mercado moçambicano. O governo ganha com a cobrança de taxas uma vez que aumentam as receitas do governo. Contudo esta medida de política implicou custos para a sociedade moçambicana, pois os ganhos no excedente do produtor e receitas do governo foram as custas da perda do excedente do consumidor. Os consumidores são prejudicados pela cobrança das taxas uma vez que pagam um preço mais elevado pelo açúcar importado relativamente a aquele que pagariam se a importação de açúcar não sofresse a cobrança de taxas de importação. Logo, o efeito sobre o bem-estar da sociedade é negativo.

O efeito líquido da cobrança da tarifa, sobretaxa e IVA sobre o bem-estar da sociedade moçambicana medida em termos de percentagem do PIB mostra o peso que esta política tem sobre o PIB de Moçambique. Uma vez que o efeito líquido é negativo, esta medida mostra a percentagem do PIB que foi alcançada a custo da perda do bem-estar da sociedade, mais precisamente, a custo da redução do excedente do consumidor de açúcar em Moçambique.

CONCLUSÃO

O GoM devido ao potencial da indústria açucareira em termos de elevados níveis de produção a baixos custos, bem como a guerra que havia assolado a indústria açucareira, implementou uma política de visava a reestruturação do sector açucareiro. A política baseava-se na privatização das açucareiras e na reforma da política de preços que passou a caracterizar-se pela cobrança de sobretaxa, tarifa e IVA sobre as importações de açúcar.

Com o presente trabalho pretendia-se analisar o impacto que a política de reestruturação havia causado ao sector açucareiro. Mais precisamente, pretendia-se analisar quais foram os benefícios e os custos que a política implementada trouxe para a sociedade moçambicana e também se os benefícios auferidos superariam os custos sofridos.

A análise do impacto foi feita basicamente em três dimensões: (i) foi analisado o impacto em termos dos indicadores que medem o desempenho da indústria açucareira; (ii) foi estudado o impacto em termo da correlação existente entre os preços a norte, centro e sul de Moçambique; (ii) finalmente, foi estimado o impacto das taxas cobradas sobre o bem-estar dos consumidores. As conclusões encontradas com as análises feitas é conforme se segue.

Primeiramente, no que diz respeito aos principais indicadores macro-económicos que medem o desempenho do sector açucareiro, pode-se concluir que: (i) Os níveis de produção (tanto de cana-de-açúcar como de açúcar), tenderam a crescer particularmente no período pós reestruturação (2000 a 2006); (ii) Os preços ao retalhista (formais e informais), ao armazenista, bem como ao produtor à porta da fábrica, tenderam a aumentar. Os preços ao consumidor tenderam a aumentar em consequência do aumento dos preços ao produtor nacional e devido a política da sobretaxa com preços de referência que conduziu a uma “estabilidade” do preço do açúcar importado ao nível do preço interno. (iii) As vendas do açúcar, tenderam igualmente a aumentar, bem como o consumo doméstico de açúcar. (iv) As importações de açúcar tenderam a diminuir impulsionadas pelas políticas tarifárias, sobretaxa às importações de açúcar e aumento da produção doméstica, bem como devido a acordos de redução do preço de açúcar interno aos consumidores industriais internos de açúcar que eram os principais importadores de açúcar estrangeiro. (v) A sobretaxa chegou a atingir os 100% no ano de

2002 contudo, nos anos seguintes tendeu a cair devido as políticas de isenção da sobretaxa à importação de açúcar para as necessidades produtivas.

Pode-se assim concluir que os níveis de preços domésticos de açúcar tenderam a aumentar impulsionada pela cobrança de taxas aduaneiras como sobretaxa e tarifa à importação de açúcar. Este aumento conduziu ao aumento da produção de açúcar e consequentemente ao aumento do consumo e vendas de açúcar.

Em segundo lugar, no que diz respeito a correlação existente entre os preços nominais de açúcar nas zonas norte, centro e sul de Moçambique chegou-se as seguintes conclusões: (i) os preços das zonas norte, centro e sul apresentam um coeficiente de correlação elevado o que indica que se encontram bastante correlacionados; (ii) o elevado coeficiente de correlação indica também que as variações de preços ocorridas em uma determinada zona do país afectaram nas variações de preços verificadas nas restantes zonas do país; (iii) uma vez que o coeficiente de correlação é elevado, pode-se finalmente concluir que o presente estudo feito com base nos preços e quantidades recolhidas no sul de Moçambique é válido tanto para o sul como para o centro e norte do país.

Em terceiro lugar, no que diz respeito ao bem-estar social resultante da implementação da cobrança da sobretaxa, tarifa e IVA, chegou-se as seguintes conclusões: (i) Tanto a cobrança da sobretaxa, como a sobretaxa & tarifa e o IVA, contribuíram para o aumento do excedente do produtor pois o preço doméstico do açúcar importado aumentou; (ii) A cobrança das taxas aduaneiras aumentou as receitas do governo no valor das taxas cobradas; (iii) O excedente do consumidor diminuiu pois, o preço doméstico aumentou devido a cobrança das taxas. O consumidor ficou prejudicado pois ele passou a pagar um preço de açúcar superior ao que ele deveria pagar se o país operasse em livre-câmbio; (iv) O efeito líquido sobre o bem-estar social decorrente da cobrança tanto da sobretaxa, como da tarifa e sobretaxa ou da cobrança do IVA, foi negativo, o que indica que as perdas do excedente do consumidor decorrente da cobrança das taxas aduaneiras, foi superior aos ganhos do produtor (pelo aumento de preço) e receitas do governo (pela cobrança da taxa).

Embora as taxas cobradas tenham um efeito líquido negativo, não se pode dizer que o impacto das políticas proteccionistas de cobrança da sobretaxa, tarifa e IVA à

importação de açúcar tenha sido, de todo, negativa pois, como foi analisado no capítulo V, os níveis de produção, vendas, consumo, e exportações, aumentaram e as importações diminuíram fazendo com que Moçambique deixasse de ser um importador líquido de açúcar. Também, conforme foi salientado no capítulo II, os níveis de emprego na zona rural aumentou ao longo do tempo em que foi reabilitado e posto a funcionamento as açucareiras. E finalmente, conforme foi destacado no capítulo III, Moçambique passou a exportar açúcar para os países da Europa, Estados Unidos e países da África ao abrigo de diversos acordos comerciais.

Em síntese, a política de reestruturação ao sector açucareiro moçambicano que envolvia a privatização das açucareiras e a política aduaneira, contribuiu para o aumento da produção, vendas, receitas, exportações e emprego contudo, esta política teve custos sobre o bem-estar da sociedade moçambicana. Os custos recaem basicamente sobre o excedente do consumidor por via da redução deste causado pelo aumento dos preços do açúcar importado ao nível do preço do açúcar nacional. Logo, em termos de impacto sobre o bem-estar da sociedade moçambicana, obteve-se um efeito líquido negativo o que significa que os benefícios auferidos não superaram os custos sofridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCA, (2002). "*Avaliação do Projecto de Lei: Plebiscito sobre a Alca*". Instituto Liberal, paper nº58.
- Alvarez, José & Polopolus, Leo C. (1998). "*The History of U.S. Sugar Protection*", Institute of Food and Agricultural Sciences.
- Amaral, Wanda do Compil (1999). "*Guia para Apresentação de Tese, Dissertação, Trabalhos de Graduação*", 2ª Edição, Maputo, Livraria Universitária.
- Boletim da República, (1998). Decreto Nº 51/98, BR Nº 38, de 29 de Setembro, Publicação Oficial de Moçambique.
- Boletim da República, (1998). Diploma Ministerial nº 198/98, de 30 de Outubro, Publicação Oficial de Moçambique.
- Boletim da República, (1998). Lei Nº 38/98, de 8 de Janeiro, BR Nº1 Publicação Oficial de Moçambique.
- Boletim da República, (2001), Diploma Ministerial Nº 56/2001 de 30 de Março, Publicação Oficial de Moçambique.
- Boletim da República, (2004). BR Nº 48, 2º Suplemento, Publicação Oficial de Moçambique, de 10 de Dezembro, I Série.
- Borrell, Brent & Pearce, David, (1999). "*Sugar: The taste test of trade Liberalization*", Center for International Economics, Canberra & Sydney.
- Castel-Branco, Carlos Nuno, (2002). "*An Investigation Into the Political Economy of Industrial Policy: The Case of Mozambique*". University of London.
- Conselho de Ministros, (1999). "*Código do IVA*". República de Moçambique.
- Conselho De Ministros, (2002), Decreto Nº 4/2002 de 26 de Março.
- EU-SADC, (2005), "*O Comércio em Favor do Desenvolvimento: Acordos de Parceria Económica*", Comissão Europeia, DG Comércio.
- FAO, (2003), "*Mozambique Sugar Conference: Sugar and development in Africa and the world: sustainability, diversification and trade*", Maputo, Mozambique.
- Filipe Raposo, (2006). "*O Papel da DNA no sector Açucareiro*". Entrevista feita no dia 20/06/06, Maputo.
- Guillochon, Bernard, (1993). "*Economia Internacional*". Planeta Editora, Lisboa.
- Gujarati, Damodar N. (2000). "*Econometria Básica*". 3ª Edição, Makron Books, São Paulo.
- ICONE, (2003). "*A Reforma da Política Agrícola Comum da União Europeia: Análise dos Impactos da OMC sob a óptica dos interesses comerciais brasileiros*". In www.iconebrasil.org.br, extraído a 28/04/06.
- INA, (2000). "*O sector do Açúcar em Moçambique: Situação Actual e Perspectivas Futuras*", Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- INA, Balanço do PES 2001; 2002; 2003; 2004; 2005.

- Klemperer, W. D., (1996). *"Forecast Resource Economic and Finance"*. MC Grow-Hill, New York.
- Krugman, Paul R. & Obstfeld, Maurice, (2001). *"Economia Internacional: Teoria e Política"*, 5ª Edição.
- LMC Internacional, (2003). *"Briefing Paper nº1: Background to the Mozambique Sugar"* Industry, New York, USA.
- LMC Internacional, (2003). *"Briefing Paper nº5: The Potencial Economic Contribution of the Mozambique Sugar Industry"*, New York, USA.
- LMC Internacional, (2004). *"Appraisal of the Impact of Sugar Pricing Policy and Investment in the Sugar Industry of Mozambique"*, A Proposal Prepared for: National Sugar Institute (INA), Maputo-Mozambique.
- LMC International, (2000). *"Briefing Paper: Nº7: Review of Mozambique's Sugar Pricing Policy"*, Global Sugar Consulting, Cheltenham, UK.
- Mansfield Edwin (1982). *"Microeconomia: Teoria e Aplicações"*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 3ª Edição, pág. 19-119.
- Ministério do Plano e Finanças, (1997), Comunicação do Governo nº 010/CSTA/97 de 26 de Novembro, in Jornal Notícias.
- Mohr, P. & Fourie, L. (1996). *"Economics for South African Students"*. University of South Africa. J.L.van Schaik Publ., Pretoria.
- Moura, Heitor Pinto, (2001). *"A Organização comum do Comércio de Açúcar na União Europeia: Estrutura, instrumentos regulatórios e interesses"*. Estudos INFOSUCRO, Rio de Janeiro.
- OXFAM International, (2004), *"Dumping on The World: How EU Sugar policies hurt poor countries"*. Breafing Paper, Washington.
- Panagariya, Arvind, (2002). *"Alternative Approaches to Measuring the cost of Protection"*, Department of Economics, University of Maryland.
- Panagariya, Arvind, (2002). *"Cost of Protection: Where Do We Stand?"*, Department of Economics, University of Maryland.
- Ribeiro, Arnaldo, (2002). Jornal Notícias: *"Produção de Açúcar Isenta de IVA"*. Edição do dia 1 de Abril de 2002.
- Samuelson, P. A. & Nordhaus, W. D. (1993). *"Economia"*, 10ª Edição, MacGrow-Hill, Portugal.
- Schmidt, Cristiane, e al., (2002). *"Tipologias de Dumping"*. SEAE.
- UNCTAD, (2005). Effects of the *"Everything But Arms" Initiative on the Sugar Industries of the least Development Countries*, United Nations Conference on Trade Development.
- USAID, (2002), *"A Priorização do Comércio Exterior: Uma estratégia de Redução da Pobreza para Moçambique"*. Maputo-Moçambique.
- Wandschneider, T.S. & Garrido-Mirapeix, J. (1999). *"Cash Cropping in Mozambique: Evolution and Prospects"*. Food Security Unit Mozambique & European Commission, Maputo.

ANEXOS

Anexo nº1: Políticas Proteccionistas Implementadas pelos países produtores de açúcar

País	Quotas à Import.	Quotas de tarifa	Tarifa	Tarifa ad valorem equivalente (2000)	Sobre carga	Comércio declarado	Subsídios	Subsídio à export.	Outros
Japão			✓	287	✓		✓		
Europa Ocidental	✓	✓		176	✓			✓	quotas a produção
Estados Unidos	✓	✓	✓	151					quotas a produção
México			✓	96					quotas a exportação
Indonésia				95		✓			Fabricas pertencentes ao governo
Europa do Leste		✓	✓	96	✓				fabricas pertencentes ao governo quotas a produção
China			✓		✓	✓	✓		posse governamental das fabricas a nível regional
Filipinas		✓	✓	100					
Ucrânia			✓						
África do Sul			✓	105					
Maurícias				139					exportação de subsídios da UE proibição a importação terra fechada
Índia			✓	150		✓			
América (outros países)			✓	35-100				✓	
Médio Oriente			✓	20-100					
Tailândia				99					proibição à importação
África do Norte			✓	20-100					
FSU			✓	20	✓				
Canadá			✓	8					
Brasil				35					controle da importação de etanol
Cuba									economia regulada
Austrália				22		✓			

Fonte: Brent Borrel e David Pearce, 1999

Anexo nº2: Produção de açúcar 1988 a 2000 e projecção até 2010.

Países/Regiões	Actual		Projecção	Taxas de Crescimento	
	1988/90	1998/00	2010	1988/90 a 1998/00	1998/00 a 2010
	Milhões de Toneladas			Porcentagem por ano	
EM DESENVOLVIMENTO	65.479	89.920	120.107	3,2	2,7
África	8.116	6.905	9.275	1,8	2,7
América Latina e Caribe	28.229	38.684	52.911	3,2	2,9
Brasil	8.116	19.303	30.847	3,2	2,0
Ásia	31.009	43.935	57.461	3,5	2,5
DESENVOLVIDOS	44.400	43.125	45.024	-0,3	0,4
América do Norte	6.249	8.012	7.150	2,5	-1,0
USA	6.124	7.897	6.960	2,6	-1,1
Europa	17.214	18.542	19.542	0,7	0,5
EU (15)	17.054	18.335	19.247	0,7	0,4
EUROPA	13.959	7.800	9.118	-5,7	1,4
OCEANIA	3.785	4.747	5.527	2,3	1,4
OUTROS	3.193	3.628	3.580	1,3	-0,1
MUNDO	109.879	133.045	165.131	1,9	2,0

Fonte: FAO, 2002

Anexo nº3: Consumo de açúcar no período de 1988 a 2000 e projecção até 2010

Países/Regiões	Actual		Projecção	Taxas de Crescimento	
	1988/90	1998/00	2010	1988/90 a 1998/00	1998/00 a 2010
	Milhões de Toneladas			Porcentagem por ano	
EM DESENVOLVIMENTO	61.271	82.066	114.047	3,0	3,0
África	7.718	10.150	13.917	2,8	2,9
América Latina e Caribe	19.007	22.874	28.377	1,9	2,0
Ásia	34.910	48.928	70.617	3,4	3,4
DESENVOLVIDOS	47.447	46.563	47.257	-0,2	0,1
América do Norte	8.441	10.575	11.012	2,3	0,4
USA	7.470	9.315	9.919	2,2	0,6
Europa	14.392	14.927	15.260	0,4	0,2
EU (15)	13.797	14.242	14.312	0,3	0,0
EUROPA	19.089	15.211	15.220	-2,2	0,0
OCEANIA	1.015	1.376	1.940	3,1	3,2
Austrália	854	1.179	1.661	3,3	3,2
OUTROS	4.510	4.361	4.224	-0,3	-0,3
MUNDO	108.718	128.629	160.304	1,7	2,0

Fonte: FAO, 2002

Anexo nº4: Indicadores de Performance do Campo, Média 2001/02 A 2003/2004

	Área cortada para a cana (há)	Área de cana Irrigada (%)	Área de Colheita (ha)	Cana Colhida (mt)	Quantidade de Sacarose (% de cana)	Rendimento da sacarose (mt/há)
Austrália	475.062	27%	414.829	33.004.371	15,4	12,2
Brasil	4.287.783	0%	3.576.192	271.023.333	16,8	11,2
Malawi	20.325	100%	19.729	1.978.404	14,4	14,4
Moçambique	26.307	88%	20.419	1.400.895	13,2	9,1
Mafambisse	7.480	100%	6.762	340.329	14,3	7,2
Maragra	6.264	100%	4.568	356.702	13,7	10,7
Marromeu	9.763	50%	8.160	565.722	12,5	8,7
Xinavane	3.796	100%	2.813	257.215	12,4	11,3
África do Sul	433.357	25%	327.684	21.529.350	13,5	8,9
Tailândia	1.116.820	7%	1.077.706	66.273.858	13,1	8,0
Zâmbia	15.355	100%	15.334	1.728.914	15,2	17,1

Fonte: LMC Internacional, 2004

Anexo nº5: Indicadores de Performance da Fábrica, Média de 2001/02 a 2003/04

	Número de Fábricas	Total de Capacidade Utilizada (ted)	Capacidade Média da Fábrica	Média da Produtividade da Cana (mt/yr)	Média da Produtividade da Cana (mt/dia)	Açúcar produzido (mt, tq)
Austrália	25	269.364	10.633	1.302.804	10.124	4.594.317
Brasil	157	1.670.884	10.620	1.529.665	8.333	18.326.308
Malawi	2	11.200	5.600	989.202	4.745	245.267
Moçambique	4	14.400	3.600	485.200	2.423	212.194
Mafambisse	1	3.000	3.000	373.225	1.975	42.321
Maragra	1	4.000	4.000	527.301	2.623	61.831
Marromeu	1	5.000	5.000	639.873	3.168	67.605
Xinavane	1	2.400	2.400	400.400	1.934	40.437
África do Sul	15	104.629	6.975	1.435.290	5.777	2.531.319
Tailândia	46	701.954	15.260	1.440.736	10.093	6.801.049
Zâmbia	1	9.520	9.520	1.728.914	7.473	220.475

Fonte: LMC Internacional, 2004

Anexo nº6: Produção, Consumo e Import. & Export. de açúcar, 1998-2000 (Média Anual)

País	Produção (Tons)	Consumo (Tons)	Export. (Tons)	Import. (Tons)
Angola	31.333	111.667	0	82.310
Botswana	0	45.333	0	45.734
Malawi	201.967	140.717	59.836	6.625
Maurícias	555.364	42.189	551.503	40.664
Moçambique	43.124	95.375	15.450	59.115
Namíbia	0	30.333	126	30.139
África do Sul	2.740.840	1.29.281	1.124.742	0
Suazilândia	553.709	485.000	479.282	0
Tanzânia	117.941	202.500	17.452	91.417
Zâmbia	190.867	106.600	45.829	1.241
Zimbabué	575.530	351.679	200.840	0

Fonte: FAO, 2002

Anexo nº7: Total das Exportações, 1961-2004 (Quantidade em Toneladas métricas mt)

Ano	EUA	UE	Brasil	África	Moçambique
1961	6.029	1.864.161	783.292	1.351.115	113.800
1962	3.063	1.558.370	445.262	1.622.480	129.900
1963	4.051	1.979.874	523.637	1.743.894	124.900
1964	4.164	1.649.010	252.610	1.771.036	83.300
1965	2.326	1.639.453	760.000	1.620.487	94.937
1966	2.990	1.482.126	1.004.549	1.926.298	147.069
1967	1.447	1.288.084	1.001.311	2.071.127	109.453
1968	1.301	1.805.750	1.026.244	2.312.351	131.813
1969	954	1.501.121	1.099.008	2.128.860	170.104
1970	1.447	2.065.611	1.126.223	2.247.844	178.635
1971	493	2.122.040	1.261.222	2.108.180	206.990
1972	767	2.935.987	2.534.910	2.503.444	197.132
1973	3.900	2.903.050	2.821.868	2.366.552	174.364
1974	61.985	2.771.951	2.365.626	2.350.329	159.330
1975	203.357	2.294.433	1.749.638	1.943.935	51.516
1976	68.921	3.108.091	1.198.715	2.302.137	71.945
1977	20.574	3.983.844	2.508.956	2.863.319	37.400
1978	14.989	4.500.115	2.014.943	2.063.435	24.600
1979	14.766	4.604.102	1.867.123	2.414.607	118.700
1980	640.148	5.370.417	2.625.674	2.381.565	63.800
1981	1.048.908	6.222.649	2.780.841	2.252.149	63.108
1982	57.853	6.518.362	2.804.673	2.600.013	28.500
1983	232.399	6.150.956	2.571.642	2.309.966	25.000
1984	313.467	5.696.282	3.165.020	2.288.857	16.400
1985	371.527	5.326.582	2.651.968	2.683.483	16.800
1986	448.285	5.826.433	2.534.600	2.736.077	19.500
1987	597.793	6.767.198	2.290.842	2.990.122	10.400
1988	299.475	7.227.754	1.833.484	2.526.074	11.600
1989	449.721	7.769.081	1.097.141	2.749.489	12.900
1990	502.754	7.238.663	1.590.513	2.685.950	17.900
1991	590.799	6.774.464	1.714.445	2.245.790	24.822
1992	498.660	6.984.544	2.494.577	1.866.047	51.710
1993	321.277	7.424.157	3.115.506	1.462.932	0
1994	433.701	7.591.660	3.466.935	1.904.710	51.800
1995	425.886	7.818.949	6.364.370	1.771.309	53.600
1996	256.331	6.541.597	5.490.993	2.361.971	24.800
1997	146.054	7.894.379	6.591.884	2.664.318	59.000
1998	137.861	8.881.993	8.675.295	2.880.845	20.300
1999	136.090	7.797.979	12.472.014	2.597.516	20.000
2000	101.150	8.857.566	6.692.200	3.558.082	68.600
2001	131.059	8.467.151	11.528.467	3.268.324	14.766
2002	129.247	7.443.737	13.852.321	2.730.706	14.000
2003	108.845	7.437.283	13.311.194	2.759.288	45.140
2004	180.015	7.538.831	16.303.173	2.738.725	47.375

Fonte: FAOSTAT Database Query, 2006

Anexo nº8: Total das Importações, 1961-2004 (Quantidade em Toneladas métricas mt)

Ano	EUA	UE	Brasil	África	Moçambique
1961	6.029	3.642.780	0	1.499.839	18
1962	3.063	3.960.259	0	1.609.100	216
1963	4.051	5.072.268	0	1.334.793	0
1964	4.164	4.583.181	0	1.457.367	0
1965	2.326	4.118.530	0	1.624.154	38
1966	2.990	4.448.448	0	1.756.481	26.622
1967	1.447	4.527.380	0	1.699.722	5.948
1968	1.301	4.393.530	2	1.533.724	2
1969	954	4.131.143	0	1.190.917	0
1970	1.447	4.551.123	0	1.548.203	0
1971	493	4.464.050	0	1.681.155	0
1972	767	4.545.546	0	1.656.521	0
1973	3.900	4.318.149	3	1.779.377	0
1974	61.985	5.098.284	0	1.719.138	0
1975	203.357	5.050.252	5	1.886.566	0
1976	68.921	4.024.463	0	2.011.675	457
1977	20.574	3.917.956	0	2.455.021	0
1978	14.989	3.348.777	0	2.863.451	0
1979	14.766	3.303.177	0	2.776.238	0
1980	640.148	2.981.806	0	3.232.682	0
1981	1.048.908	2.783.057	0	3.334.233	0
1982	57.853	2.998.274	0	3.223.125	0
1983	232.399	2.891.827	0	3.665.815	53.046
1984	313.467	3.437.597	0	3.252.287	66.524
1985	371.527	3.014.212	0	3.150.465	30.001
1986	448.285	3.046.889	9	3.620.446	56.087
1987	597.793	3.212.711	3	3.871.178	71.806
1988	299.475	4.665.607	3	3.221.001	21.740
1989	449.721	5.039.679	44	3.413.902	53.263
1990	502.754	3.913.416	1	3.610.690	30.436
1991	590.799	3.640.058	20	3.860.947	45.654
1992	498.660	3.846.729	100.443	3.467.532	28.262
1993	321.277	3.204.833	58.929	3.579.847	73.916
1994	433.701	3.247.895	53.018	4.068.147	105.004
1995	425.886	3.587.102	27.995	4.368.028	55.437
1996	256.331	3.631.149	110	4.544.355	55.872
1997	146.054	4.075.594	54	4.985.297	60.872
1998	137.861	4.247.387	53	6.114.797	98.265
1999	136.090	4.306.384	31	6.037.572	101.635
2000	101.150	3.901.797	29	5.156.428	239.140
2001	131.059	4.727.569	16	6.257.643	185.334
2002	129.247	4.779.852	21	6.842.265	184.790
2003	108.845	4.663.627	5	6.567.003	152.180
2004	180.015	5.932.920	146	6.379.488	4.745

Fonte: FAOSTAT Database Query, 2006

